

3ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 03/2021

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2021

-----Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte um, pelas vinte e horas e vinte minutos, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada.-

-----Às 21h20min, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes

Membros Municipais: -----

PRESENTES:-----

MEMBROS ELEITOS: -----

- -- José Bernardino Pinto Nogueira; -----
- -- **Antero de Sousa Correia, em substituição de João Carlos Pinto Correia;**-----
- -- Eduarda Filipa Pereira Ferreira;-----
- -- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca;-----
- -- Rúben João Pinto Bessa; -----
- -- Joaquim José Correia Bessa;-----
- -- Pedro Miguel Amaral Silva;-----
- -- Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
- -- Vítor Carlos Almeida da Silva;-----
- -- Ana Cristina Leal Moreira; -----
- -- Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes;-----
- -- Ricardo Manuel de Bessa Marques; -----
- -- Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
- -- Paulo Alexandre Pedro de Magalhães;-----
- -- Carlos Manuel Cunha Moreira; -----
- -- Joana Sofia Pacheco Nogueira; -----
- -- Maria de Lurdes Oliveira e Castro. -----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA: -----

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----

- -- Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caide de Rei;-----
- -- Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;-----
- -- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;-----
- -- Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo; -----
- -- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;-----
- -- **Vitor José Freitas Fernandes, em substituição de Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;**-----
- -- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);-----
- -- Eduardo Augusto Vilar Barbosa, União das freguesias de cristelos, Boim e Ordem; -
- -- João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas; ----
- -- Armando da Costa Silva, União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão;
- -- José Oliveira Nunes, União das freguesias de Nespereira e Casais;-----
- -- Fausto Manuel da Costa Oliveira, União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

-----Verificou-se estarem presentes 30 membros municipais, bem como a presença do senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada, Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores Manuel António da Mota Nunes, Maria do Céu Vieira Rocha, Nelson Oliveira, Simão Ribeiro e Carlos Manuel Soares Nunes. -----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**, declarou aberta a Sessão. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**, começou por informar as substituições na presente sessão ordinária: -----

-----**Antero de Sousa Correia**, em substituição de João Carlos Pinto Correia, por se encontrara ausente no período de 14 dezembro de 2021 a 03 de janeiro de 2022; -----

-----**Vitor José Freitas Fernandes**, substituto legal de Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, Presidente da Junta da Freguesia do Torno, por estar impedida na Assembleia de Freguesia de Torno. -----

Deu conhecimento das atas das reuniões de Câmara n.ºs 91 e 92 realizadas nos dias 06 e 20 de setembro de 2021, respetivamente, e as atas n.ºs. 1, 2 e 3 realizadas nos dias 18 de outubro, 08 de novembro e 22 de novembro, todas de 2021. -----

----- Pelas 21h26min entrou na Sala o senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada).-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS-----

----- Intervenção da senhora Ana Cristina Leal Moreira (Coligação Acreditar Lousada): «Muito boa noite. Começo por cumprimentar a Presidente da Assembleia Municipal, o excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, os excelentíssimos Vereadores, os excelentíssimos Srs. Deputados Municipais, os excelentíssimos Presidentes de Junta de Freguesia e Comunicação Social e mais presentes, lousadenses. Entre os passados dias 1 e 15 de dezembro iniciou-se o período de candidaturas para as bolsas de estudo de 2021/2022. E, no regulamento das normas para análise dos processos de candidatura no ponto 2.º, da instrução do processo, para além do aluno ter de preencher um formulário de candidatura, deve o mesmo apresentar também diversos documentos, tais como: atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia, comprovativo de composição do agregado familiar, comprovativo da matrícula do ensino superior, aproveitamento escolar 2020/2021, declaração de IRS de 2020 e respetivos anexos, demonstração líquida do IRS, comprovativo dos rendimentos auferidos por todos elementos do agregado familiar do ano 2020, carreira contributiva e recebimentos da segurança social do ano 2020, trabalhadores no estrangeiro comprovativo da declaração de final de 2020. Ainda vou terminar, comprovativo das bolsas de estudo atribuídas pela DGES, encargos com a habitação, recibos de rendas do ano de 2020, comprovativo do IBAN. E, ainda tem um 3.º ponto que diz: durante o processo da análise os candidatos podem ainda ser notificados para entregar outros documentos, pois bem, é perceptível que para além de existirem documentos desnecessários, existem outros documentos que tais como atestados de residência e comprovativos do agregado familiar, o município "a priori" já os detém. Toda esta burocracia leva, desde logo, a um afastamento por parte dos alunos a esta candidatura,

comprometendo o seu acesso ao ensino superior. E, por isso, defendemos a desburocratização e digitalização deste mesmo processo. Outro ponto, foca-se também no aumento da verba para atribuição das bolsas de estudo, que defendemos que as mesmas passem a ser distribuídas por verbas únicas de 300, 500 e 700€. E, relativamente ao período da apresentação de candidaturas, defendemos também que o mesmo deve ser feito no início do período do ano letivo ou até mesmo no decorrer das férias de verão, de modo a que facilitemos os alunos carenciados ao acesso aquele que é um dos elevadores sociais da nossa sociedade, a educação e a formação. Passo também a outro assunto, que gostaria de questionar, relativamente a um órgão do qual faço parte que é, o Conselho Municipal da Juventude. Como é sabido, o Conselho Municipal da Juventude é um órgão consultivo que tem por objetivo criar condições para a participação efetiva dos jovens lousadenses na construção de ações e medidas de política de juventude que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do concelho de Lousada. E, posto isto, pergunto ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, porque é que a sessão que estava marcada para o dia 3 de setembro de 2021 não se realizou? Porque é que não foi reagendada até ao dia de hoje? E, porque é que os membros do Conselho Municipal da Juventude não foram informados das razões pela qual esta não se realizou? E, passados 3 meses, a mesma ainda não se realizou? Parece claro que a voz dos jovens lousadenses quer se fazer calar e para além de que isto demonstra que as ideias e opiniões dos jovens não contam. Obrigado.» -----

----- **Intervenção do senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada):** «Boa noite. Excelentíssima senhora Presidente da Mesa da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente de Câmara, senhora e senhores Vereadores, Deputados da Assembleia Municipal, Comunicação Social. Minhas senhoras e meus senhores uma palavra primeira de saudação a todos os lousadenses que direta ou indiretamente possam assistir a esta Assembleia, dizer-lhes, que, efetivamente, graças a uma proposta, que há muito foi apresentada pelos representantes do PSD, na Assembleia Municipal, finalmente os lousadenses podem em direto ou em indireto assistir a esta sessão pública da Assembleia Municipal. Queria também nesta minha primeira intervenção enquanto eleito para esta Assembleia Municipal, felicitar aqueles que foram eleitos para a Assembleia Municipal, para a Câmara Municipal e para as Juntas de Freguesia, desejar a todos um bom mandato

porque, seguramente, o trabalho positivo que vierem a fazer durante os próximos quatro anos, será seguramente, importante para o desenvolvimento da nossa terra e do nosso concelho de Lousada. Dizer-vos que regresso a esta Assembleia 16 anos depois. Aqui comecei a minha atividade política em termos autárquicos, em 1993. Ainda sou um jovem, mas já foi há muito tempo. Recordo com nostalgia alguns debates democráticos que aqui travei com Mário Fonseca, Jorge Magalhães, António Emílio Pinto Lopes, Agostinho Taipa, António Pacheco e Rui Feijó entre muitos outros. De todos, permitam-me destacar o senhor Rui Feijó, um socialista e democrata que tive o privilégio de conhecer. Recordo que numa sessão desta Assembleia Municipal o Partido Socialista propôs uma alteração ao Regimento para que os representantes do PS, já então partido maioritário falassem e intervissem sempre depois dos representantes do PSD. Infelizmente esta proposta então foi aprovada, mas com voto contra do senhor Rui Feijó. Rui Feijó, um grande democrata, votou contra a proposta do seu próprio partido. Gostaria hoje de encontrar da bancada do PS, mulheres e homens com a mesma grandeza. Quero acreditar que há, vamos aguardar!... Senhora Presidente, senhores deputados como sempre estamos aqui para defender Lousada e os lousadenses, as freguesias e as instituições de Lousada. Quero que saibam que seremos oposição construtiva e colaborativa no desenvolvimento do concelho. Aliás como demonstramos na primeira sessão extraordinária desta Assembleia, ocorrida na última sexta-feira. Estamos, pois disponíveis para promover o diálogo democrático com o executivo camarário, a mesa da Assembleia Municipal e com o grupo municipal do Partido Socialista. Mas, este diálogo democrático e honesto tem que ser recíproco. E, ainda hoje a mesa da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara e o grupo municipal do Partido Socialista, vão ter a oportunidade de provarem, que estão de boa-fé e disponíveis para com a oposição por em prática um verdadeiro diálogo democrático. Como sempre Lousada pode contar connosco.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** «Excelentíssima senhora Presidente, excelentíssimo senhor Presidente Câmara, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal e demais presentes nesta sala. Bem, não preparei nenhuma intervenção especial como o Dr. Leonel Vieira. Quero, apenas, deixar aqui dito que espero que este mandato seja, realmente, um mandato que dignifique o concelho de Lousada, que nos dignifique enquanto lousadenses e, nessa medida, espero

sobretudo que seja um debate realizado com elevação e com dignidade e respeito recíproco. Relativamente às questões trazidas pela senhora deputada do PSD, da bancada da coligação, peço desculpa, isto vai fugir aqui um bocadinho para o PSD, mas têm razão: bancada da coligação. Relativamente às bolsas estudo, eu, obviamente, quero deixar aqui dito que concordo, isto é uma opinião pessoal, mas creio que pode ser coadjuvada com o restante grupo do Partido Socialista. Eu acho muitíssimo pertinente que seja, efetivamente, um processo de candidatura rigoroso, isto porque já há o histórico de tentativas, obviamente que podem ser conscientes ou não, de arrecadar uma verba suplementar de apoio ao aluno, que depois na prática não se verifique, parece-me a mim que deve ser um processo bastante rigoroso, deve ser um processo que exija documentação, que efetivamente ateste da situação do agregado familiar, até porque nós vemos isso em diversos processos a nível nacional. Portanto, não é uma coisa única do Município Lousada, parece-me que é um processo muitíssimo bem organizado, digital e portanto de fácil acesso aos alunos. E, a demais é um processo que, pelo que eu vi, tive oportunidade de há pouco, aquando da intervenção, de visualizar, é um processo que auxilia o próprio candidato na recolha dos documentos, ou seja, é um processo que indica onde é que o candidato deve recolher os documentos. Nem sei se seria necessário porque o candidato é um candidato ao ensino superior e portanto à partida será um candidato capaz de o fazer. Mas, de qualquer maneira queria deixar essa nota, parece-me muito bem o processo tal como está, para obviar outro tipo de comportamentos. E, portanto, nessa medida era isso que deixava aqui, já claro, por parte da nossa bancada.» -----

----- **Resposta do senhor Presidente de Câmara Municipal:** «Muito boa noite a todas e a todos. Queria também desejar um excelente mandato, com respeito, sem nunca perdermos de vista aquilo que é mais importante, que é representar quem confiou em nós e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o bem do nosso concelho. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Cristina, relativamente às bolsas de estudo, como disse a Sra. deputada do Partido Socialista, é uma matéria que é muito exigente, é daquelas situações que podem propiciar a fraude. Em tudo o que implique subvenções, apoios, tem que haver por parte de quem apoia, o máximo de cuidado e, mesmo assim não estamos isentos de não sermos muito assertivos porque a decisão será sempre em função da documentação apresentada. Percebo e estamos disponíveis para analisar se, porventura,

há alguma documentação que seja redundante. Mas, tudo que tem que ver com rendimentos, é óbvio, que temos que solicitar e, mesmo assim, como eu disse, já aconteceu de os próprios candidatos denunciarem situações que eles acham que não estavam bem avaliadas. E, já aconteceu, inclusivamente, de termos que corrigir algumas situações porque o júri aprecia sempre em função dos factos e dos documentos que são apresentados. E, portanto, percebo o que diz sobre a eventual simplificação, mas essa simplificação tem essas grandes limitações, porque não podemos abdicar do rigor para que, efetivamente, haja justiça na decisão final da atribuição dessas bolsas. Mas, sim, podemos fazer esse exercício de ver, se há alguma documentação que, porventura, seja desnecessária por ser redundante, pelo facto de já se ter acesso a ela por outras vias. De qualquer modo, outra coisa completamente diferente e que eu não posso concordar de maneira nenhuma, é dizer que a documentação que é exigida compromete o acesso ao ensino superior conforme a senhora deputada aqui disse. É óbvio que não compromete o acesso ao ensino superior, até porque é uma condição para atribuição da bolsa que esse acesso já tenha ocorrido. Nós não damos bolsas antes dos alunos entrarem no ensino superior, portanto, não compromete o acesso. Por outro lado, é óbvio, que seja qual for o valor que a Câmara atribua, dentro da ordem de grandeza atual ou ainda que houvesse o aumento que a senhora Deputada sugeriu, naturalmente, que qualquer pessoa há-de compreender que não é suficiente para se manter um aluno no ensino superior. Por isso as bolsas que as Câmaras atribuem, não só a de Lousada, mas todas as outras, são complementos, são ajudas para, efetivamente, equilibrar os orçamentos familiares. Dar nota, também que quem tem a responsabilidade de subsidiar os alunos com carências económicas, é o próprio Estado e que o faz através da Ação Social Escolar, e muitos de nós já beneficiamos disso quando passamos pelo Ensino Superior. E, nessa altura as Câmaras Municipais não tinham qualquer tipo de apoio. E, por isso é que é importante também usar esta informação para que não haja aqui um duplo apoio e se, porventura, for sonegada informação relativamente àquilo que é também o apoio que o próprio Estado dá através da Ação Social Escolar do Ensino Superior. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, a razão pela qual ainda não se realizou a reunião, é muito fácil de compreender, é que nessa altura ainda havia que eleger alguns representantes, nomeadamente das Associações de Estudantes. Os processos eleitorais das Associações de Estudantes ainda



estavam a decorrer, mas creio que agora já estaremos em condições de realizar o Conselho Municipal da Juventude, é isso que irá acontecer, logo que possível. Relativamente à intervenção do senhor deputado Dr. Leonel Vieira, em relação à transmissão em direto das Assembleias Municipais, pois bem, o PSD pode dizer que o mérito é do PSD, mas o certo é que foi um compromisso também do Partido Socialista e da Câmara Municipal, de logo que tivéssemos os meios adequados proceder à transmissão em direto das Assembleias Municipais. Não o fizemos antes, apesar de já termos os meios, porque, efetivamente, as últimas Assembleias Municipais decorreram por via digital, através do zoom, e entendemos que fossem transmitidas em direto não conseguíamos assegurar a dignidade das Assembleias Municipais. Não é a mesma coisa fazer uma Assembleia Municipal presencial aqui nos Paços do Concelho, no Salão Nobre, ou fazer pela via do zoom, porque cada um está em suas casas e há aqui questões sensíveis, nomeadamente, de privacidade, etc., que são pertinentes e portanto achamos que não fazia sentido. A partir de hoje temos condições, se a pandemia nos permitir, continuar com estas sessões presenciais e fazer esta transmissão em direto, que é fundamental para quem tiver interesse em seguir de mais perto aquilo que se passa aqui na Assembleia Municipal.» -----

-----Pelos 21h40min entrou na sala o senhor Agostinho Gaspar Ribeiro (Coligação Acreditar). -----

-----Após término do Período de Intervenção dos Grupos Municipais, foi apresentada à Mesa da Assembleia Municipal, pelo Grupo Municipal Coligação Acreditar Lousada - PPD/PSD.CDS-PP a “Moção n.º 1” que se transcreve:-----

----- *“A segurança rodoviária deve ser uma preocupação constante dos eleitos locais. Em Meinedo, mais precisamente no entroncamento da Rua da Boucinha com estrada nacional 320, há muitos anos que é exigida pela população a construção de uma rotunda Sabemos que a construção daquela rotunda sempre foi uma reivindicação do anterior executivo da Junta de freguesia de Meinedo e certamente também do atual. No entanto a construção daquela rotunda não depende exclusivamente da vontade da Junta de Freguesia de Meinedo e da Câmara Municipal de Lousada, mas também do IP – Infraestruturas de Portugal, uma empresa pública. Assim, porque está em causa a segurança e a saúde de*

Lousada

muitas centenas ou até milhares de pessoas que diariamente passam naquele local, entendemos que a Câmara Municipal de Lousada deve exigir à empresa pública Infraestruturas de Portugal a construção da rotunda ou, em alternativa, viabilizar a sua construção pela Câmara Municipal de Lousada. Do resultado desta moção deve ser dado conhecimento ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da habitação. Lousada, 20 de dezembro de 2021." -----

LM

re

-----**Pelas 21h49min entrou na sala a senhora Maria José Pacheco Magalhães (PS) --**

----- **Intervenção do senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada):** «Boa: «Senhor Presidente o essencial está no texto da Moção que a senhora Presidente acabou de ler. No entanto, acrescentar o seguinte: que o necessário corte de uma árvore de grande porte que estava no meio do entroncamento veio provavelmente tornar a construção da rotunda uma obra ainda mais urgente e necessária. Está em causa, como referi, a segurança de pessoas e de bens. Recordo que quem circula, essencialmente, no sentido Lousada/Meinedo e pretender dirigir-se para a Rua da Boucinha, efetivamente existe uma dificuldade de visualização, neste caso, os motoristas que vierem e as pessoas que circularem no sentido Lousada/Meinedo como referi, efetivamente correm ali grande perigo. Isto é uma obra que há muito a Junta de Freguesia de Meinedo então defendia, presumo e acredito que sim que atual também. Sei que a Câmara Municipal também há muito tempo defende a construção deste equipamento, desta infraestrutura, que é em parte uma obra das Infraestruturas de Portugal, mas seguramente se nós nada fizermos ou se pouco fizermos a obra irá continuar adiada. Daí que para pressionarmos as Infraestruturas de Portugal e para ajudarmos a Câmara Municipal e também a Junta de Freguesia de Meinedo junto das Infraestruturas de Portugal ter mais força para que esta obra se concretize a bem da população de Meinedo e, obviamente, a bem de todos aqueles que por ali passam diariamente ou com alguma regularidade. Era só. Muito obrigado.» ----

----- **Intervenção do senhor Nuno Ferreira, Presidente de Junta de Freguesia de Meinedo:** «Boa noite, excelentíssima senhora Presidente, senhores Secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, comunicação social e público. Parece-me precoce este assunto ser

leasta

tratado neste momento nesta Assembleia, antes de ser tratado na Assembleia de Freguesia de Meinedo. Pelos vistos, a bancada da coligação, não tem em consideração a opinião da Junta de Freguesia de Meinedo, apregoa uma coisa e faz outra. Acho que não faz sentido não ter sido abordado na nossa Assembleia de Freguesia. Efetivamente, é uma necessidade, está sinalizada pelo atual executivo e asseguro que neste momento já está a ser tratado entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de forma a ser enviado o estudo à Infraestruturas de Portugal. Não me parece de bom-tom ter trazido este assunto aqui a esta Assembleia Municipal, atendendo ao trabalho que já tem vindo a ser executado. É óbvio que estamos trabalhar nesse sentido, enquanto Junta de Freguesia e em colaboração com a Câmara Municipal. E, posso assegurar que da parte da Junta de Freguesia, será uma realidade a construção da rotunda na Rua da Boucinha em Meinedo. Obrigado.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** «Eu só queria acrescentar à intervenção do senhor Presidente, que vamos, naturalmente, votar a favor, porque nos parece que é uma Moção pertinente. Nunca disse o contrário Dr. Leonel. Como sabe, na nossa reunião de representantes, coloquei mesmo essa questão, quando a Moção for realmente fundamentada e pertinente, não temos nada a obstar que a nossa votação seja favorável. Só um ponto que me parece que devia ter ocorrido que seria a audição da Junta de Freguesia para este fim.» -----

----- **Intervenção do senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada):** «Agradeço, fiquei tranquilo, fiquei mais calmo, com a intervenção da Dra. Eduarda, porque efetivamente eu estava preocupado, porque pensei que a Moção não era importante e não era necessário e urgente fazer aquela obra. Mas fiquei mais tranquilo com a sua intervenção, muito obrigado. Dizer-lhes o seguinte: Eu, efetivamente, até tenho a vantagem de ser membro da Assembleia de Freguesia de Meinedo, também. Mas, também ainda não houve nenhuma Assembleia, a primeira será nos próximos dias. Agora, a mim ninguém me impede, ninguém me vai impedir de fazer intervenções na Assembleia Municipal, na Assembleia de Freguesia e faço as propostas que muito bem quiser e entender. Ainda não tem essa capacidade de me impedir de falar e de usar os meus direitos na Assembleia Municipal e, seguramente também na Assembleia de Freguesia, por isso não é qualquer Presidente de Junta, que chega aqui e me há-de dizer quando é que eu devo

intervir ou quando é que eu devo apresentar uma Moção, seja ela qual for, certo! Eu sei que se preparam para nos impedir que tal aconteça, mas enquanto não me cortar essa possibilidade podem ter a certeza de que eu aqui ou em qualquer lugar falarei sempre, porque a mim, ninguém me cala. Muito obrigada.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** «Eu só quero deixar o Dr. Leonel descansado, porque aqui ninguém vai impedir ninguém de falar, até, porque nós estamos aqui numa Assembleia Democrática e não se coloca em causa impedir ninguém de falar. O que o senhor Presidente de Junta, disse, foi uma questão diferente, do ponto de vista dele, me parece sensato, que é: "primeiro eu gostava de ser eu a falar sobre este assunto, abordar, analisar, propor e depois sim... Nada impede o Dr. Leonel e a bancada da coligação de apresentar o quer que seja, como veremos já de seguida, com certeza que vamos falar nisso, já estou a ver que sim!... Aqui não está em causa o direito de apresentar moções, propostas, recomendações, o que bem entenderem, até porque, como lhe disse, vamos votar favoravelmente tudo o que seja fundamentado é bem-vindo a benefício de Lousada.» -----

----- **Intervenção do senhor Nuno Ferreira, Presidente de Junta de Freguesia de Meinedo:** «Senhor deputado, a questão não é essa, ninguém quer calar o senhor, tanto que, como o senhor ainda há pouco disse, o senhor anda aqui a apregoar há uma série de anos nesta Assembleia e aqui no concelho. A questão prende-se única e simplesmente de e, fazendo o senhor parte como diz da Assembleia de Freguesia de Meinedo, uma questão conscienciosa de levar esse assunto à Assembleia e posteriormente aqui. Não obstante, como é óbvio, eu enquanto representante dos Magnetenses é óbvio que votarei favoravelmente esta Moção, isso está for de questão. Outra questão, é a forma como ela deveria ser tratada e o senhor com mais experiência do que eu nestes cargos deveria saber primeiramente. Obrigado.» -----

----- **Resposta do Sr. Presidente de Câmara Municipal:** «Apenas um aparte, é que parece que há aqui pessoas que estão com saudade dos debates eleitorais, mas estas Assembleias Municipais têm que manter alguma serenidade, porque ainda estamos a começar o mandato, mas tudo bem!... Naturalmente, que acho pertinente a moção e até diria mais, uma vez que ela está a meu ver muito restrita a um local e, acho que a dimensão do problema é bem maior!... Porque que não, por exemplo e, acho que na matéria das

moções deve sempre imperar um amplo consenso ou de preferência até unanimidade. Estou a lembrar-me, por exemplo de um problema grave que nós temos no concelho e um pouco por todo o país. Se repararem, os locais mais perigosos para as pessoas andarem a pé são as estradas nacionais, porque muitas estradas nacionais não têm passeios. Os municípios têm feito investimentos avultados e importantes para garantir a segurança de quem anda a pé e, muitas das vezes mesmo querendo fazer os investimentos, vemos limitações porque tudo o que se fizer nas estradas nacionais carece de pareceres e aprovações da Infraestruturas de Portugal. E, porventura esta moção até podia ter outro tipo de abrangência, de alertar e solicitar à Infraestruturas de Portugal que é de facto urgente investir na segurança dos peões. Mas, nada contra esta moção, antes pelo contrário. Como disse o senhor Presidente da Junta, estamos a trabalhar nesse sentido, creio que inclusivamente já terão sido feitos contactos com os particulares, porque vai haver necessidade de adquirir algumas parcelas de terreno. A experiência diz-nos que ou é o Município e a Junta de Freguesia a assumir a obra ou se estivermos à espera que a Infraestruturas de Portugal a façam, vamos esperar sentados. Naturalmente que todos reconhecem o interesse na execução daquela obra, porque efetivamente para quem vira à esquerda, vindo de Lousada para Meinedo, é um perigo. Vamos provisoriamente tentar sinalizar de forma que quem faz essa manobra de viragem à esquerda, vá mais à frente onde se consegue ter alguma visibilidade, porque vemos algumas pessoas a arriscar a virar muito antes, sem ter garantias de que efetivamente não vem ninguém em sentido contrário e portanto é um perigo latente que ali está. Vamos, como disse, a curto prazo tentar reforçar essa segurança, mas efetivamente a solução passa pela construção da rotunda e é nesse sentido que estamos a trabalhar. E, portanto, diria que neste caso o que nós queremos é que a Infraestruturas de Portugal não atrapalhem, porque através da Câmara e da Junta de Freguesia a obra será realizada. Diria que há aqui esta matéria dos passeios que também poderia merecer da parte da Assembleia Municipal, não propriamente agora, mas noutra moção qualquer no futuro, mediante um apelo à Infraestruturas de Portugal para que efetivamente invista mais na segurança dos peões. --

-----**Deliberação: A Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 33 votos, Moção n.º 1”,** apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Acreditar Lousada - PPD/PSD.CDS-PP. -----

salientar alguns pontos: Em primeiro lugar, a vitória expressiva do Partido Socialista nas eleições recentes é reflexo na satisfação da população com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. O povo expressou a sua vontade e ficou bem claro que a sua vontade não era apenas a de manter a equipa anterior, mas reforçá-la, agora com a Dra. Maria do Céu Rocha. Foi, também, bem clara a sua vontade de reforçar a representação socialista nesta Assembleia, com a liderança da Dra. Lurdes Castro. Este é um espaço que tem que estar aberto à reflexão, ao debate de ideias e à tomada de decisões ponderadas e conscienciosas. Não podemos, no entanto, esquecer que os Lousadenses votaram, com uma maioria clara, no projeto apresentado pelo Partido Socialista. Em segundo lugar, como homem, filho, marido, pai e, em suma e acima de tudo, cidadão, congratulo-me com eleição da Dra. Maria do Céu Rocha, para vereadora, da Dra. Lurdes Castro, para Presidente da Assembleia Municipal, a escolha da Dra. Eduarda Ferreira, para líder da bancada socialista, e muitas outras, nesta assembleia, nas juntas de freguesia e assembleias de freguesia. Sei que servem e servirão de exemplo para que muitas lhes sigam o caminho. Mostram que as mulheres estão à altura dos desafios e são bem capazes de se bater, e ganhar, a homens que já andam nisto há muito mais tempo. Também nisto, Lousada está no caminho certo. Finalmente, quero dizer que encaramos o reforço de confiança, que nos foi dado, também como acréscimo de responsabilidade. Os Lousadenses não querem apenas mais do mesmo. Querem mais e melhor. Por isso votaram massivamente em nós. Não podemos defraudar as suas expectativas. Nesse sentido, como puderam constatar na reunião anterior, este executivo está a conseguir captar investimento para Lousada que levará à criação de postos de trabalho com remuneração acima da média. Hoje tivemos entre nós a Senhora Secretária de Estado da Habitação, vimos lançada as obras no Bairro Dr. Abílio Moreira, assinou-se um protocolo para construir apartamentos em frente à GNR, para arrendamento acessível, e visitou-se as residências partilhadas no Bairro. Isto em início de mandato. Imagine-se." -----

-----**Intervenção da senhora Sónia Oliveira (Partido Socialista):** «Boa noite a todos! Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente, senhores Vereadores, caríssimos Deputados e Deputadas, senhores Presidentes de Junta, público em geral, comunicação social, é mais longa a minha introdução que a minha interpelação, apenas pretendo interpelar o Sr. Presidente da

Câmara ou o senhor Vereador Dr. Nelson, sobre a situação pandémica atual no nosso concelho, saber o ponto da situação da vacinação, se há focos de contágio de extrema preocupação e, de uma forma geral, sabermos com o que é que podemos contar neste momento. Obrigada a todos! -----

-----**Resposta do senhor Presidente de Câmara Municipal:** «Ía começar pela intervenção da senhora Deputada Ana Cristina, relativamente ao orçamento participativo jovem. O que é que eu posso dizer? Naturalmente que a senhora Deputada está a dar os primeiros passos na política, ainda tem inexperiência, como é normal, mas eu presumo que a coligação prepare as Assembleias. Se a coligação preparar as Assembleias, alguém devia ter dito à senhora Deputada que a EB 2.3 de Lustosa vai ter a muito curto prazo obras de fundo e muito avultadas. No fundo é uma proposta como todas as outras em termos de orçamento participativo jovem, mas ainda que não houvesse essa proposta já iam ser feitas essas obras. Estamos a falar de um investimento superior a um milhão de euros. Aliás, queria dar nota aos Srs. deputados que aquilo que nós tínhamos disponível, em termos de fundos comunitários, para o Município investir em escolas era manifestamente insuficiente para fazermos obras similares àquelas que fizemos na Escola EB 2,3 Lousada Centro. As obras nessa escola estão feitas, acho que foi uma obra bem conseguida com um investimento considerável, mas contido face à dimensão da escola, e queremos replicar esse nível de conforto em todas as outras. No caso da EB 2,3 de Caíde de Rei, a obra já foi adjudicada e já arrancou, mas, efetivamente para as EB's 2,3 de Lustosa e Nevogilde tínhamos verbas manifestamente insuficientes para aquilo que se pretendia fazer e das duas uma, ou decidíamos fazer investimentos numa delas e deixávamos as outras duas para trás ou então fazíamos nas três, dividindo o investimento pelas três, mas não íamos conseguir resolver os problema de fundo. Íamos fazer investimentos que não iam satisfazer as necessidades das escolas. Achamos que não o devíamos fazer e arriscamos e lançamos as três obras com o mesmo nível de intervenção e, neste momento, temos um deficit, em termos de fundos comunitários, na ordem dos dois milhões de euros. Foi um risco que corremos, mas acho que é um risco acertado porque a experiência também nos diz que na reta final dos fundos comunitários quem tem execução acaba sempre por ser contemplado. Aliás, recentemente tivemos uma reprogramação e já aumentamos as taxas de financiamento relativamente àqueles projetos que estavam abaixo dos 85%, noutros

conseguimos subir essas taxas e estão previstas outras reprogramações. Quem tiver execução é quem vai beneficiar, pelo que tomámos uma decisão, difícil e arrojada, que vai permitir que estas três escolas tenham obras de fundo, inclusivamente, já estão adjudicadas. Foi um processo complicado. Da primeira vez que abrimos os concursos ficaram desertos. Tivemos que rever em alta os preços-base desses concursos e depois dessa revisão em alta conseguimos a adjudicação, isto para dizer que é uma certeza que vamos ter a curto prazo obras de fundo, não só na EB2.3 de Lustosa, mas também na de Nevogilde. Temos que aguardar pelos vistos do Tribunal de Contas e após isso temos condições para dar início às obras. O facto de ter dito que havia inexperiência é normal não é crítica nenhuma, acho é que lhe fizeram a maldade de não a ter informado, pelo menos os senhores vereadores sabiam que esta obras já estavam adjudicadas. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Dr. João Fonseca, naturalmente que a visita da senhora Secretária de Estado da Habitação ao Concelho é motivo de regozijo porque, associada a essa notícia, tivemos a notícia da publicação do aviso no Diário da República, na sexta-feira, da abertura do concurso público para a reabilitação do Bairro Dr. Abílio Alves Moreira. Estamos a falar de cerca de duas centenas de habitações que vão ser beneficiadas com as obras. O empreendimento tem 251 habitações, mas há dois blocos em que a maioria dos proprietários são privados. Nós fizemos uma reunião com todos os que quiseram estar presentes há uns meses atrás, no auditório da Escola Secundaria de Lousada, onde foi apresentado o projeto, informando os presentes do que estava previsto em termos de intervenção. A maior dificuldade é o facto de no bloco L e M o Estado não ter a maioria, pelo que a decisão de se fazer, ou não, obras nesses blocos depende dos proprietários. O IRHU disponibilizou, gratuitamente, o projeto, caso quisessem avançar com as obras. O IRHU também estava disponível para promover o concurso para o efeito, mas os proprietários decidiram não avançar. Relativamente aos outros blocos, a obra está assegurada. Estamos a falar de 4,5 milhões de euros de investimento, o que é muito substancial e que vai resolver um problema que estava identificado há anos e que tardava em ser resolvido e agora é já uma certeza. Outra boa notícia é a celebração do protocolo que assinamos hoje com o IRHU, e que mediante o recente investimento que o Município fez na aquisição de terrenos para juntar a um outro terreno que já tínhamos junto ao Posto da GNR para entregar ao IRHU para este desenvolver o projeto e a construção de fogos

Lcastro
L
R

Lousada

para arrendamento acessível. A nossa estimativa é que dará para mais de 40 habitações. É apenas o primeiro passo. Estamos agora a identificar outro tipo de terrenos para o efeito e vamos também lançar um desafio aos privados para poderem também investir em arrendamento acessível. Pode ser interessante para eles e é, seguramente, interessante para nós responsáveis autárquicos, porque quanto mais arrendamento acessível houver melhor. Para os particulares, para além daquilo que já eram os incentivos fiscais que existiam, nomeadamente o facto de os rendimentos com as rendas ficarem isentos de IRS e de IRC, há também a redução da taxa de IVA de 23% para 6%. Foi uma notícia que saiu há duas ou três semanas e o Município vai juntar a esses benefícios fiscais a nossa parte, prescindindo da receita municipal, nomeadamente da isenção de taxas urbanísticas, isenção de IMT e isenção de IMI durante cinco anos, para ver se aliciamos os privados a investir no arrendamento acessível porque, neste momento, estamos a ser vítimas do próprio sucesso. Como sabem, Lousada está com muita procura de habitação própria, os projetos estão na Câmara Municipal e já estão a despertar interesse na aquisição por parte dos particulares, e naturalmente os preços vão subindo, é a Lei da oferta e da procura, logo é preciso ter instrumentos que possam dar resposta à classe média e possam regular os preços de mercado, e a solução do arrendamento acessível pode ser uma ótima medida para resolver esse problema. Em relação à intervenção da Dr.ª Sónia Oliveira, vou passar a palavra ao senhor Vereador da Saúde Dr. Nelson Oliveira. A situação deve-nos preocupar a todos, mas não na medida em que nos preocupou no passado. Efetivamente, ainda há muitas dúvidas, nomeadamente quanto à questão das variantes, há muito desconhecimento, mas de qualquer modo, apesar de ser do conhecimento público que são cada vez mais os casos positivos, alguns deles nossos conhecidos e alguns vacinados, em termos de perigo é evidente que não é a mesma coisa que há um ano atrás. Conheço pessoas que estiveram muito mal, em estado de coma, mas esse cenário pertence ao passado. Naturalmente que nos preocupa a situação das escolas e por isso a vacinação a partir dos 5 anos é importante e está a ser feita com sucesso. A vacinação está a correr com toda a normalidade. Eu próprio fui vacinado com a 2.ª dose na semana passada e demorei 10m para ser vacinado. O nosso centro de vacinação está a funcionar muito bem, a articulação que existiu com a Autoridade de Saúde e o Município continua a existir, temos feito tudo o que está ao nosso alcance para ir debelando as sucessivas vicissitudes que este

L
M
N

processo demasiado longo nos vai exigindo, mas, até agora, com sucesso. Fica aqui o alerta para que todos nós tenhamos o máximo de responsabilidade que não facilitemos naquilo que está ao nosso alcance, sobretudo nesta quadra Natalícia era importante que não perdêssemos de vista que isto ainda não é um problema do passado, é um problema do presente e do futuro e no que estiver ao nosso alcance devemos colaborar.» -----

----- **Intervenção do senhor vereador Nelson Oliveira (Partido Socialista):** «Boa noite! Das reuniões que vamos mantendo com a Autoridade de Saúde, à data de terça-feira passada existiam 6 surtos laborais, 6 escolares e 15 familiares no ACeS. Em Lousada não existe nenhum. Lousada é quem tem menos casos dos três concelhos, referi-me a Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada. Segundo a Autoridade de Saúde, crê-se que dentro de pouco tempo poderá haver uma estabilização da curva e um decréscimo, isto depois das festas de natal e da passagem de ano é normal que possa existir uma outra vaga, bem menor que no passado. Existe uma elevada saturação das pessoas face a esta situação, há alguns incumprimentos de isolamento, alguns conflitos que a Autoridade de Saúde tem que esgrimir com as pessoas, mas, apesar de tudo, têm sido cumpridoras. O que passamos nos nossos concelhos deu para aprender. Em relação à vacinação da gripe, já vacinamos mais de 6 mil pessoas que no ano passado, são bons indicadores. No passado fim-de-semana houve a vacinação das crianças de 9, 10 e 11 anos e posso dizer que superamos a expectativas, estava previsto vacinar cerca de 420 crianças e vacinamos 546. Temos o melhor índice de vacinação nesta zona e brevemente teremos um reforço de 20 enfermeiros para as equipas com a colaboração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa.» --

2. -----Regimento da Assembleia Municipal (quadriénio 2021/2025). -----

-----A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada propõe a este órgão deliberativo a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal (quadriénio 2021/2025), conforme estabelece a alínea a), do n.º 1 do art.º 29º e alínea a), do n.º 1 do art.º 26º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais.--

----- **Intervenção do senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada):** «Agradeço No seguimento da reunião com a Sra. Presidente da AM e com a líder da Bancada do PS há dois assuntos que não foi possível chegarmos a um acordo quanto ao regimento que hoje está aqui a ser sugerido e vai ser votado, e um outro que, por lapso, não abordei na reunião,

mas que o faço agora e ainda vai muito a tempo se for essa a vossa vontade. E o ponto novo para discussão é o da Intervenção do Público, que está no artigo 40º do atual regimento. A Coligação Acreditar Lousada propõe que a intervenção do público aconteça no início da sessão das Assembleias Municipais, imediatamente após a abertura dos trabalhos, e não no final das sessões da Assembleia Municipal. Se queremos mesmo que os Múncipes assistam às Assembleias e que nelas possam participar, temos que lhes criar condições. Se mantivermos a situação atual, em que os Múncipes apenas podem colocar questões no final da sessão, dificilmente estes participarão, pois, como sabemos, estas sessões terminam normalmente após as 23 horas e outras vezes após a meia-noite. Obviamente que os Múncipes não vão esperar 3, 4 horas ou mais para poderem colocar qualquer questão ao Senhor Presidente de Câmara. Poucos estarão disponíveis para aguardarem tantas horas! Deixo esta proposta à consideração da Mesa da Assembleia e do Grupo Municipal do Partido Socialista, para que os cidadãos possam intervir no início das sessões da Assembleia. Aceitando a nossa proposta estão seguramente a contribuir para que os cidadãos se aproximem mais da política e participem ativamente no desenvolvimento do nosso concelho. Na reunião de trabalho com o Grupo do PS e com a Sra. Presidente da AM não foi possível entendimento quanto às intervenções do Sr. Presidente da Câmara. Para favorecer o debate democrático, a discussão salutar de ideias e o melhor esclarecimento dos assuntos, entendemos que o Sr. Presidente da Câmara deveria intervir no final da primeira e também no final da segunda volta. Assim, visto que o Grupo Municipal do PS na reunião dos Grupos Municipais não aceitou esta nossa proposta, coloco o assunto nas mãos do Sr. Presidente da Câmara, perguntando-lhe o seguinte: Está o Sr. Presidente da Câmara disponível para intervir no final da primeira volta, após as intervenções dos Grupos Municipais? Como democrata que sei que é, estou certo que a sua resposta será positiva. Outro assunto que merece a nossa total discordância: Estabelecer um prazo para apresentação de moções, recomendações e petições. Quanto às petições concordamos que seja estabelecido um prazo para a sua apresentação. Relativamente às moções e recomendações não concordamos que as mesmas tenham que ser apresentadas até às 17h do dia anterior à sessão. Parece-nos pouco democrático a proposta defendida pela Mesa da Assembleia e do Grupo Municipal do PS, na nossa opinião querem controlar as intervenções da oposição e isso é intolerável. Não podemos aceitar.

lcastri
lmy
A

Esta assembleia tem que ser um espaço de liberdade, a casa da democracia de Lousada como muito já lhes chamaram. E com esta proposta que nos querem impor estão a dar um péssimo contributo para a promoção da democracia e do debate político em Lousada. Sejam, minhas amigas e meus amigos, corajosos. Não tenham medo do debate, seja ele preparado com 24 h de antecedência ou mesmo na hora. Aqui, e em democracia, temos que estar sempre preparados para o debate, quando e como ele acontecer se a vossa proposta for aqui aprovada, não estranhemos que um dia destes vão-nos impor, pelo voto da maioria, que as nossas intervenções a efetuar nesta Assembleia sejam remetidas por escrito ao Senhor Presidente da Câmara com um semana de antecedência, para ele autorizar, ou para as alterarmos em função da sua opinião ou interesse. A bem da democracia, da liberdade de opinião não sigam este caminho. Espero bom senso da vossa parte. Aguardamos que repensem as vossas posições.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** «Relativamente ao regimento, primeiro ia deixar aqui uma brincadeira um bocadinho séria, se nós somos assim tão antidemocráticos e se queremos cortar a vossa voz, não entendo muito bem porque é que tiramos do nosso tempo para o ceder a vocês, esta é a primeira coisa que eu tinha pensada par vos responder relativamente ao regimento e muito mais haveria dizer quanto a outras situações em que houve efetivamente cedências, o Dr. Leonel sabe perfeitamente. Parece-me que dados os resultados eleitorais deste ano a bancada do Partido Socialista podia ter uma postura diferente do que teve e não a teve. Fazendo uma sumula do regimento que vai ser proposto para votação, primeiro de tudo louvava a questão de colocarmos os documentos no portal do Município, numa plataforma, acessível aos membro com todos os documentos guardados e acessíveis a todo o momento, é uma desmaterialização do processo muito bem pensada e dar a parabenização devida relativamente à transmissão das Assembleias, já era tempo e esta iniciativa foi muito bem pensada. Em relação à questão da intervenção do publico no inicio, parece-me que será um pouco extemporâneo, deveria ter sido colocada em sede de reunião de representantes, esta questão já foi trazida pela vossa bancada em mandatos anteriores e a nossa posição mantem-se no sentido em que, efetivamente, o público pode e deve fazer a intervenção no final, por uma questão de quando trazem a questão que querem ver respondida pode até acontecer que venha a ser respondida no decurso da Assembleia, seria um

comportamento reiterado estarmos a fazer o público perguntar determinadas situações no início da Assembleia quando as mesmas acabariam por ser respondidas ao longo da Assembleia. E ainda por outro motivo, sabemos que as Assembleias têm uma duração um bocadinho prolongada, a verdade é que, infelizmente o nosso Município como bom democrata que é tem uma série de plataformas possíveis para que o público possa dirigir as suas questões ao Sr. Presidente e aos senhores Vereadores, é o caso do atendimento do Sr. Presidente, a formulação de questões por via do email ou outro tipo de contactos, isso em relação à intervenção do público. Relativamente à questão da intervenção do Sr. Presidente no final da primeira volta, reitero a minha posição em sede de reunião de representantes, parece-me que será redundante, até porque, por norma o Sr. Presidente tem umas intervenções bem prolongadas e nessa medida parece-me que vamos tornar as Assembleias um bocadinho repetitivas, porque, no fundo, o que o Sr. Presidente faz é uma sumula daquilo que foi a intervenção dos diferentes deputados e esclarece e, no fundo, o que se pretende é o esclarecimento sobre a questão, estamos a chegar um extremo daqui a pouco o Sr. Presidente terá de intervir no final de cada intervenção, passo a redundância, de todos os membros Municipais. No que toca à questão da apresentação das moções em momento anterior à Assembleia Municipal, já que vocês puxam da democracia, do comportamento democrático eu também vou puxar para o meu lado, até porque, não há que ter medo do debate político e os senhores deputados não têm medo de que venha aqui alguém do PS responder às vossas moções tal como nós não temos receio que as nossas moções sejam apresentadas em momento anterior e sejam respondidas pelos deputados da Coligação. É uma situação para benefício do Concelho e não temos problema nenhum que tenhamos conhecimento e o possamos analisar as vossas propostas, moções, o estudo que fizeram. Por exemplo, à questão da rotunda de Meinedo, que é uma questão que eu desconhecia posso até ir a Meinedo ao Sr. Presidente da Junta e perguntar: amanhã a coligação vai fazer esta proposta e eu queria saber qual o sentido de voto que tenho, até porque na bancada do Partido Socialista não somos um rebanho de ovelhas que segue uma mesma orientação e, nessa medida, eu quero que a bancada tenha consciência daquilo que está a votar e nada melhor para a democracia que um voto consciente, um voto analisado, um voto consciente, e isso sim, isso favorece a democracia o que não favorece a democracia é a apresentação de moções em que a pessoa tenha que votar no momento

Castro
L
R

sem saber do que se trata. Vocês tantas vezes disseram que não recebiam os documentos atempadamente, nomeadamente o orçamento, que há pouco tempo de estudo sobre as propostas colocadas a votação, a medida é a mesma, nós também queremos ter tempo para analisar e votar conscientemente tal qual vocês fazem com o orçamento e outras propostas de maior calibre. Este regimento vai ser votado favoravelmente pelo Partido Socialista. -----

-----**Resposta do Sr. Presidente de Câmara Municipal:** «Estamos a meio da volta e é melhor eu falar. Só para que fique bem claro que se há coisa de que eu não fujo é ao debate, até gosto disso, não sou o único a gostar e a ter saudades, e vou ter muito mais saudades dos debates pela vida fora. Isto para dizer que não tenho problema algum de falar duas, três, quatro ou quantas vezes for necessário, mas vão ter que ter paciência para me ouvir. Ainda há dias o pessoal da bancada do Partido Socialista pedia para eu falar menos, para que as Assembleias não durem tanto tempo. Eu acho que independentemente de isso ficar ou não no regimento, naturalmente que vocês têm que ter a noção de que quem ganhou as eleições não foram vocês, não podemos inverter os papéis, pois estaríamos a defraudar as expectativas daqueles que confiaram em nós, portanto, a última palavra há-de ser sempre nossa, porque fomos nós que ganhamos as eleições e quanto a isso não há dúvidas.

-----**Intervenção do Sr. Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada - PPD/PSD.CDS-PP):** «Ouvi atentamente a intervenção da Dr.ª Eduarda, senti falta de convicção, acho que não diz aquilo que pensa, fiquei um bocado triste. Dr.ª Eduarda, se me permite, deixe-me que lhe diga, o caminho faz-se caminhando, a diminuição da liberdade, seguindo alguns caminhos podemos chegar à falta dela e parece-me que aqui na Assembleia Municipal onde nós quartamos a possibilidade da oposição de poder exprimir de forma livre e permitir que o Sr. Presidente da Câmara possa intervir no final da primeira volta, como agora demonstrou toda a disponibilidade, mas, pelos vistos, o Partido Socialista não está interessado que o Sr. Presidente da Câmara, no final da primeira volta, possa esclarecer, possa informar, os membros da Assembleia Municipal, vá-se lá saber porquê. O Sr. Presidente da Câmara demonstrou disponibilidade e eu gostaria de saber porque é que os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista dessem possibilidade ao seu Presidente de Câmara de responder olhos nos olhos diretamente e ter direito à réplica por parte da bancada da oposição sobre todo e qualquer assunto que seja aqui abordado

na Assembleia Municipal. Isso sim é democracia, é a democracia a funcionar na Assembleia Municipal. Agora só porque têm a maioria nesta Assembleia impedirem que a democracia funcione em pleno, não me parece boa ideia. Se a proposta for aprovada, refiro-me, essencialmente, à questão das moções e das recomendações que querem estipular que tenhamos a obrigatoriedade de as apresentar no dia anterior para vocês as poderem analisar, quero-vos dizer que se a proposta for aprovada qualquer assunto relevante que aconteça na sessão da Assembleia Municipal e que mereça ser debatido e objeto de uma moção ou recomendação não poderá ser tratado, o que se lamenta. Um exemplo prático para que todos percebamos e tenham a noção do que estamos a falar: imagine-se que o Ministério da Saúde decide precisamente no dia em que se realiza uma da sessão da Assembleia Municipal encerrar, por exemplo, o Centro de Saúde de Lustosa, podemos debater o assunto aqui na Assembleia mas nunca podemos votar uma moção a repudiar a atitude do Governo, já viram o quanto a proposta é castradora da liberdade de todos nós Lousadenses? Ao longo dos mandatos as alterações introduzidas no regimento desta Assembleia e é bom recordar isso, porque a maior parte das pessoas desta Assembleia não têm noção disso, mas a verdade é que ao longo dos mandatos as alterações introduzidas no regimento desta assembleia e aprovadas pelo Partido Socialista têm apenas como objetivo impedir o debate, impedir que o Presidente da Câmara seja confrontado cara-a-cara com os problemas reais do Concelho, três exemplos: - Impuseram que no regimento que os representantes do PS falem sempre depois da oposição para que esta não possa ter a possibilidade de replicar, isto é claramente um ato anti democrático, sei que têm mais votos que a coligação dá-vos esse direito mas não concordo; - impuseram no regimento que o Sr. Presidente da Câmara não fale no final da primeira volta do debate, mas sim no final da última volta, isto para fugir ao debate e ao contraditório, mais um ato, meus amigos, antidemocrático. Agora querem impor que as moções e as recomendações que até aqui podiam ser apresentadas no início da sessão da Assembleia têm de ser apresentadas no dia anterior à Assembleia, têm medo de não estar preparados para o debate? Querem impedir o debate livre, espontâneo, genuíno e transparente? Preferem um debate formatado e condicionado? Enfim, mais um ato antidemocrático Espero que numa próxima alteração ao Regimento não queiram incluir uma cláusula que permita a utilização do lápis azul nas intervenções dos membros da oposição.» -----

leastro
h
e

-----Intervenção do senhor Agostinho Gaspar Ribeiro (Coligação Acreditar Lousada):

«Quero cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar os elementos que compõem, a mesa da Assembleia, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e senhores Vereadores, caras amigas e amigos, excelentíssimo público e todos aqueles que têm a oportunidade de estar a assistir a esta Assembleia Municipal, eu pedi para falar porque há aqui duas ou três questões neste debate sobre o Regimento e sobre as moções e sobretudo sobre a palavra, quando fala quando não fala sobre de cama que me parece erradas. Primeiro não me parece que nenhuma bancada desta assembleia possa impedir ou permitir que sr. Presidente da Câmara fale, ele pode sempre falar no fim de cada volta, portanto, Sr. Presidente vamos colocar questão de lado, sempre que não fala é porque não quer e se não fala é porque quer e se quer é porque está a dominar o assunto e pode responder. Ponto dois, também pedi a palavra porque fiquei um bocadinho admirado com a bancada do Partido Socialista através da senhora deputada e líder da bancada vir aqui dizer ao público que está ali em cima o seguinte: Esperem pelo fim pode ser que entretanto que a questão que querem levantar se fale aqui e pode até ser que consiga obter uma resposta durante a Assembleia que pode acabar às onze, meia-noite ou uma da manhã, foi o que a Sra. Deputada disse, só quero que assuma isso porque quem vê lá em casa tirará as suas ilações porque se quiser vir assistir a uma Assembleia para colocar uma questão tem esta postura a esta resposta do Partido Socialista porque, eu presumo que esteja a falar em nome de toda a sua bancada e perante esta atitude. Relativamente às moções eu não me importo nada que vocês se preparem bem, para debater connosco, com toda a sinceridade, não me importa nada. O líder da minha bancada entende que isto é uma medida de certa forma antidemocrática, não digo não é, e vocês sabem muito bem que não é. Seja como for, não me importo nada que se preparem bem para debater connosco, por uma razão muito simples, porque sempre que a oposição nesta Assembleia debate qualquer que seja o tema falo, não só para saber e perceber qual é o ponto de situação de cada tema mas falo sempre no interesse dos Lousadenses e do nosso concelho, portanto se estiverem melhor preparados, que são o poder, como já foi aqui dito, que são aqueles que ganharam as eleições, são aqueles que têm que executar um programa com que se comprometeram juntos Lousadenses, são aqueles que menos podem defraudar porque há mais Lousadenses que acreditaram ficar mais luz a Deus que

lousada
[Handwritten signature]

acreditaram em vós de que em nós, sejamos claros foi assim que aconteceu, se isso vos deixa cheios de orgulho a mim também deixava, mas isto damos já como adquirido partir daqui vamos então debater aquilo que entendemos que é importante para o nosso concelho para Lousada e para os Lousadenses, Queria antes de terminar esta pequena intervenção, felicitar a Sra. Presidente, não sei se foi sua iniciativa ou não, quanto à questão da transmissão, acho que é importante, sempre me debati por, mas nem era tanto pela transmissão, era pela possibilidade da imprensa que sempre que cá vinha queria gravar, queria poder filmar, e não deixavam, portanto, a senhora Presidente sabe, é testemunha disso, todos nós percebemos isso ao longo dos anos, as coisas vão evoluindo e qualquer dia também nos deixarão apresentar as moções sem que seja no dia anterior.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** «Relativamente ao regimento, Eu só quero aqui dizer que quanto a este Regimento esqueci-me de um ponto muito importante, há pouco o Dr. Leonel veio aqui com uma situação hipotética mas eu tenho uma situação real e a situação real tem que ver com a legalidade da moção. A Dra. Lurdes disse-me, porque eu não era desse tempo, e não pude verificar isso in loco, que já aconteceu desta Assembleia deliberar sobre um assunto que não era passível de deliberação. Incompetentes ou não, claro que não, porque estamos a falar de pessoas muitíssimo competentes e muitíssimo sabedoras daquilo que faziam, a verdade é que se fosse eu, se tivesse votado uma deliberação que era inexistente ou ilegal eu não sei se não tinha vergonha e portanto eu não quero correr esse risco. Não quero correr esse risco e portanto eu acho que sim, que devo conhecer as moções antes e que devo saber sobre o que estou a votar. Para além desta questão da legalidade, são duas ordens de razão, que é o ponto da legalidade para a mesa poder asseverar da legalidade da moção apresentada e o ponto do voto consciente que promove a democracia. Estas são duas razões da bancada Socialista para o voto favorável a este Regimento. Eu quero aqui reiterar isto, é uma questão para os dois lados, não estamos aqui a falar de quartar os direitos da Oposição, estamos a falar de uma normatização de uma questão para as duas bancadas. Eu quero deixar isso claro, não é um filme de terror para a bancada da Oposição, nós não somos os mauzões e vocês são os polícias bons, não, isto é para os dois lados, o Regimento serve as duas bancadas. Isto que fique bem claro. Relativamente à intervenção do Presidente na primeira volta, vocês decidam-se, o Dr. Leonel vem dizer quer que o Sr. Presidente deve

falar na primeira e na segunda volta e depois vem o senhor Gaspar dizer que afinal quer o senhor Presidente fale a todo momento e que o Sr. Presidente pode falar a todo o momento, para mim fica como está, porque já que o Presidente pode falar entender fica como está, vocês depois, internamente têm que decidir como é que isso funciona. Em relação à questão da apresentação de situações hipotéticas que podem acontecer no próprio dia, eu diria que temos muitos momentos para isso, temos o período antes da ordem do dia, por exemplo, para levantar esse tipo de questões e nós estaremos cá para apoiar se realmente tiver fundamento e vão ter de certeza muito tempo eu vou ter a oportunidade de vos ceder muito do tempo da bancada socialista para que vocês apresentem propostas fundamentadas para além do tempo que eu já cedi ainda consigo ceder mais se for necessário, portanto, eu acho que há comportamento mais democrático que este, que é ceder o meu tempo para vosso benefício. Relativamente à questão do público eu só queria reiterar realmente é uma posição da bancada do Partido Socialista, entendemos que sim, que o público deve falar do fim eu só tenho medo que se vocês insistam na questão do Sr. Presidente falar na primeira volta no final da segunda volta vai ser uma Assembleia que em vez de acabar às duas da manhã acaba às cinco da manhã, realmente o público é capaz de ficar um bocadinho exasperado, mas sim, a nossa posição, efetivamente, é que o público fale no fim, porque faz sentido que possamos esclarecer um determinado conjunto de questões e depois, sim, a pessoa possa fazer a questão que trouxe preparada, se fizer sentido. Se entender não fica para o final da Assembleia tem outros meios de comunicação disponíveis para falar com o senhor Presidente ou os senhores Vereadores.» -----

-----**Resposta do senhor Presidente de Câmara Municipal:** «Apesar de não votar o Regimento, se me permitem só tecer aqui algumas considerações relativamente ao facto de eu falar ou não falar na primeira volta. Apesar de no regimento não constar essa possibilidade, se for essa a proposta aprovada, acho que ninguém vai proibir o Presidente da Câmara de falar no fim da primeira volta. Depois faço esse exercício em função daquilo que estiver em causa, até para não prolongar em demasia a duração destas Assembleias Municipais. Quanto a isso acho que é um falso problema. Relativamente à intervenção do público no início, eu já conto com dezasseis anos, oito como vereador e oito como Presidente de Câmara e aqui nas Assembleias Municipais lembro-me de duas, no máximo

de três, intervenções do público. Poderão dizer “o público fala no fim e as pessoas não estão disponíveis para aguardar tanto tempo”. Eu diria quem está efetivamente interessado, não é por aí. E se nós pensarmos naquilo que acontece nas reuniões da Câmara Municipal, em que pelo menos uma por mês é pública e são feitas às segundas à tarde, foi exatamente igual. Lembro-me também de duas pessoas que lá foram colocar questões. Mas no dia-a-dia, isso sim, não há semana nenhuma que não tenha questões colocadas, nomeadamente no atendimento. Creio, sinceramente, que relativamente a esta matéria seja também uma falsa questão. Relativamente à questão de a moção ser apresentada, ou não, com antecedência, eu diria que, para um cabal esclarecimento, era o ideal. É evidente que pode ocorrer um caso como o que referiram, de um facto superveniente que só se colocou no dia, claro! Mas todos temos massa cinzenta suficiente para percebermos que isso é uma situação excecional e desde que haja consenso não vejo inconveniente de prever essa exceção, fica a sugestão. A não ser que seja um facto que tenha ocorrido naquelas 24h00 imediatamente anteriores, qual é a ideia da oposição? É jogar na incerteza, para serem os primeiros. Eu lembro-me de termos esta discussão em mandatos anteriores, por exemplo, para a apresentação de votos de louvor, pois parecia que andávamos a catar votos de louvor, a ver quem é que apresentava mais propostas, até que tivemos o bom senso, todos, de independentemente de ser um ou outro a sugerir um voto de louvor, sermos todos a apresentar e todos a aprovar, por unanimidade, até porque esses assuntos devem-nos unir a todos e não propriamente ver quem é que apresenta mais. Há pouco, relativamente ao caso concreto daquela moção, acho que são assuntos em que deve haver amplos consensos e de preferência unanimidade para que as deliberações tomadas na Assembleia Municipal possam ter efetivamente força e o efeito que todos nós desejamos que elas tenham. Depois só queria dar nota de que achei um bocadinho despropositado vir aqui falar de encerramentos, eu sei que foi um mero exemplo absurdo, mas há fake news que não interessa nada alimentar. Lembro-me que andamos aqui pelo menos dois mandatos a falar no hipotético encerramento do Centro de Saúde de Meinedo, mas isso nunca passou de fake news, pelo menos com o atual Governo, com outros se calhar não, portanto é proibido, para mim, falar em encerrar o que quer que seja em termos serviços públicos aqui em Lousada, nem a título de exemplo, fica só essa sugestão.» -----

-----**Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal:** «Antes de

passar à votação, gostaria de dizer uma coisa: Esta vai continuar a ser a *“Casa da Democracia”*. E, se, nós temos um período antes da ordem do dia, um período de intervenção dos Grupos Municipais, temos um ponto na ordem do dia em que permite a discussão de assuntos de interesse do Município, não vejo a onde é que aqui qualquer um de nós esteja impossibilitado de apresentar, de falar, de debater sobre algum assunto que seja efetivamente relevante para o nosso Município. Era apenas isto que queria dizer, antes de passarmos à votação.» -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista alínea a), do n.º 1 do art.º 29º e alínea a), do n.º 1 do art.º 26º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por maioria de 21 votos a favor (Partido Socialista) e 11 votos contra (Coligação Acreditar Lousada) e 1 abstenção (Coligação Acreditar Lousada) do seguinte membro, José Oliveira Nunes, Presidente da Junta da União de freguesias de Nespereira e Casais, a proposta do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada para o quadriénio 2021/2025 e com a seguinte declaração de voto do senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada): «Fiz um esforço para procurar votar favoravelmente este Regimento. Fizemos uma proposta que, infelizmente, também não aceite. E, dizer-vos, que votei contra a alteração ao Regimento, porque não aceito ser condicionado nesta Assembleia, não posso aceitar que a maioria tenham imposto regras que condicionam a liberdade democrática. Lamento que o Sr. Presidente de Câmara alinhe neste ataque à democracia. Por este caminho não demorará muito tempo que tenhamos que pedir autorização para poder dizer-vos aquilo que pensamos. A mim por mais alterações que façam ao Regimento, podem terem a certeza que nunca, nunca me calarão.» -----

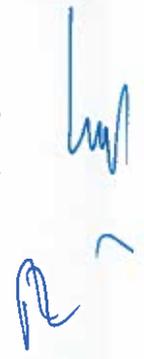
3.----- **Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2022;** -----

----- A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2022, acompanhada do relatório de apresentação do orçamento e normas de execução orçamental 2022, conforme estabelece a alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais), conjugado

com o n.º 1 do art.º 44.º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (versão atualizada).-----

-----**Intervenção do senhor Leonel Vieira (Coligação Acreditar Lousada):** «Antes de mais eu queria colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara ou melhor um pedido de esclarecimento em resultado daquela intervenção que o senhor há pouco fez em resposta a uma questão colocada pela Dra. Ana Cristina Moreira relativamente ao orçamento participativo jovem, a Dra. Ana Cristina levantou a questão sobre um projeto que foi apresentar e que está em votação sobre umas obras que se pretendem realizar na escola EB23 Lustosa e eu confesso que fiquei com algumas dúvidas do seguinte porque existe um projeto no âmbito do OPJ e em simultâneo, como diz e muito bem, nós sabíamos há muito tempo que existe um projeto e financiado inclusiva para realização de obras profundas na escola EB 2 3 de Lustosa parece-me que não faz nenhum sentido este projeto que está em votação na no âmbito do OPJ. Eu gostaria de saber porque não percebi, com toda a franqueza, os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente porque é que aceitaram este projeto se este projeto sair vencedor vão retirar verbas depois ao que está orçamentado em termos de obras na Escola EB23, confesso que não fiquei esclarecido e gostaria que o senhor Presidente nos esclarecesse porque está aqui uma confusão tremenda e parece-me que isto não foi bem conduzido. Relativamente ao orçamento para 2022 e o plano plurianual de investimentos, eu queria referir aqui duas outras questões dizendo o seguinte e este orçamento e plano plurianual de investimentos reflete o atraso na construção de muitas obras e equipamentos resultado essencialmente, como sabemos, de problemas que assolam o setor da construção em Portugal. Nos últimos anos o Município de Lousada tem feito um esforço considerável para recuperar e modernizar a rede viária mas muito ainda há a fazer, para que saibam em Lousada ainda a caminho da terra batida e que servem habitações julgo que é chegada a hora do município, em parceria com as Juntas de Freguesia, implementar um plano, um programa de recuperação e modernização de toda a rede viária no concelho de Lousada. Outro assunto, há mais de 10 anos que defendemos nos a Coligação Acreditar Lousada noutros tempos Lousada Viva a construção de um parque de estacionamento na Vila de Lousada, recorde que aquando das obras de revitalização Urbana na Vila de Lousada propusemos a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça da República então a nossa proposta não foi

Lcastro



valorizada Foi até criticada pelo senhor Presidente da Câmara e por alguns representantes do Partido Socialista de Lousada agora o senhor Presidente da Câmara concorda que é preciso construir um parque de estacionamento na Vila de Lousada como referiu numa reunião do Executivo perante mim, então vereador, Espero, então, que o parque estacionamento moderno e funcional seja uma realidade nos próximos anos apesar de não constar no plano plurianual de investimentos. E por falarmos em estacionamento na Vila de Lousada quero abordar o seguinte assunto na Vila de Lousada, mais precisamente na Avenida da Errenteria, junto à grande rotunda próximo do hospital vai ser construído, dizem, um grande hipermercado não é na minha opinião seguramente o melhor local. Gostaria de saber que diligências fez o senhor Presidente de Câmara para dissuadir o promotor para que este não edificasse o hipermercado naquele local? Reconheço que, legalmente, à luz do plano diretor municipal que o município de Lousada aprovou As ferramentas que o senhor presidente de câmara dispõe para impedir tal construção são escassas mas se a construção do hipermercado avançar mesmo gostaríamos que o senhor Presidente de Câmara tivesse em atenção o seguinte os lugares de estacionamento nas ruas próximas do local onde está prevista a construção do hipermercado, durante o dia, estão, como sabemos, sempre lotados principalmente, com os utentes do hospital, assim sugiro e recomendo ao senhor Presidente da Câmara que quando o respetivo processo de licenciamento do hipermercado estiver no serviço do urbanismo do município sejam criadas condições obrigatórias, se necessário, para que o parque de estacionamento do hipermercado seja de entrada livre, caso contrário, o caos rodoviário naquele local será muito grande, isto é, enquanto Município de Lousada não construir um parque de estacionamento e enquanto não tivermos uma rede de transportes públicos e funcional coisa que também não vislumbro neste orçamento e plano plurianual de investimentos.»

-----**Intervenção do senhor Armando da Costa Silva, Presidente da Junta da União de Freguesias Lustosa e Barrosas (Santo Estevão):** «Boa noite! Meus senhores tem-se falado aqui tanta coisa e é verdade que eu estou ali e estou com atenção que às vezes é melhor ficar para o fim, tal como se diz em relação ao público. Porquê? Tanta gente a vir aqui falar de Lustosa mas, sinceramente, Sr. Presidente em relação às obras, tudo o que disse aqui nada é verdade. E nada verdade porque as obras da Escola EB 2.3 de Lustosa que é uma construção com cerca de 23 e 24 anos nunca te fez nada praticamente nestes 23, 24 anos

já é reclamado pelos pais, pela Associação de Pais e de conhecimento junta há muitos anos que as crianças vão com cobertores, não têm condições para estar na escola com o frio. Isso é de conhecimento de toda a gente, mais, há cerca de 3 anos a Junta de Lustosa foi abordada pela Dra. Ernestina para ver se a junta participou para a reparação do fogão, que a Câmara não participou a reparação onde é que nós estamos? Vem aqui tanta gente falar da EB 2 3 de Lustosa... e as obras vão-se fazer.... E as obras vão-se fazer, mas então vão-se fazer quando? Senhor Presidente isto até faz lembrar faz lembrar quando eu tive que ir para a porta da EB23 contar as pessoas que entravam no autocarro e contei 102 alunos, quer-se dizer mas se isso está aprovado já está aprovado há muito tempo, se está aprovado há muito tempo quando é que vai fazer? Estamos na mesma coisa com uma estrada que está de frente da EB 23 com obras há cerca de 9 meses não se sabe quando vai terminar, a junta não tem conhecimento do valor, nem do projeto. Eu gostava que se viesse aqui falar de Lustosa mas quem puxasse ou ajudasse a resolver os problemas de Lustosa e resolver os problemas da EB 2.3. A EB23 de Lustosa precisa de obras há muitos, e muitos, muitos anos, mas isso é do conhecimento de todos. O Presidente de Junta sabe só que não pode ir lá resolver, também sabe que a Câmara e o Sr. Presidente da Câmara têm conhecimento dos problemas que existem há muitos anos. Vir aqui a falar é fácil, mas quem conhece os problemas, ainda bem que eu estou cá, porque até parece às vezes nas intervenções que não estou, mas afinal estou. Queria aqui reafirmar que a EB 2.3 de Lustosa há muitos anos que precisa de obra, essas obras foram prometidas pela Câmara e a Câmara nunca fez nada, rigorosamente nada. Aproveito para reportar uma situação que é de conhecimento dos técnicos da Câmara que é um tubo de 0,60cm está encaminhado para um campo a metro e meio de altura, a onde sai todas as águas pluviais do parque e do interior da parte exterior da EB23 e depois do interior do estacionamento. Há tanta coisa que está mal, e eu pela parte que me toca, como Presidente de Junta estou ali sentado e a ouvir, mas então sempre é melhor ouvir e depois vir aqui corrigir o que é que está bem e o que é que está mal. Sr. Presidente aquelas obras foram prometidas há muitos e muitos anos. A questão é esta para quanto está decidido começar com as obras?» -----

-----Intervenção do senhor Agostinho Gaspar Ribeiro (Coligação Acreditar Lousada):

«Eu diria que está na hora de voltarmos à política da rede mosqueira e da torneira que pinga porque começando a falar sobre educação sobre as escolas, provavelmente estamos

a precisar novamente de fazer essas visitas. Mas o que me traz aqui é mesmo o plano e orçamento e após uma análise cuidada e atenta da proposta de orçamento para o ano 2022 e ao plano plurianual de investimentos verificamos que este é um plano e orçamento que prevê um acréscimo de receita total, prevê-se um aumento da receita de 6,4% de relativamente ao ano de 2021 desde logo por um aumento significativo de receita de capital que se prevê um aumento de 10.4% com aumento das transferências relativas a obras comparticipadas mas também com uma previsão de aumento de receita corrente na ordem dos 4,5% significa que se prevê um aumento de receita impostos diretos e taxas pagos pelos Lousadenses na ordem de superior a 1 milhão de euros, bem como um aumento significativo dos valores das transferências correntes que por um lado temos uma previsão de aumento de despesas no total de 13,9 % relativamente ao ano 2021 e uma previsão de aumento em 1 240 336,74 € em aquisição de bens e serviços e um forte aumento de despesas de capital resultante do aumento de investimento. Podemos por isso concluir que estamos perante um plano e orçamento, em certa medida, expansivo, um plano e orçamento muito caracterizado e bem, pelo aumento de transferências relativas a obras comparticipadas, no entanto importa referir que este orçamento é marcado por três características que não podemos deixar de realçar: Primeiro este é um orçamento do qual não se extrai uma estratégia de futuro verdadeiramente planeada no que concerne a serviços básicos e estruturais no nosso concelho, isto é, as obras aqui inscritas e provisionadas são basicamente as mesmas previstas pelos motivos para que já foi referido em anos anteriores, muitas até já realizadas ou em fase de conclusão deixando de fora uma clara estratégia de equipamentos essenciais para o bem-estar dos Lousadenses seria Na minha opinião na nossa opinião. Seria, na minha opinião, na nossa opinião, exigível e espectável que neste primeiro plano e orçamento do mandato 21/25 fosse claramente visível uma estratégia para a criação de um novo, moderno mercado municipal, desconhece-se onde, como e quando? De um novo espaço do cidadão capaz de congrega serviços públicos de várias naturezas que hoje se encontram dispersos pelo concelho e alguns deles no 5º andar e que em nada dignificam quem lá trabalha e muito menos quem deles necessita. Seria de esperar neste primeiro orçamento de mandato uma estratégia clara relativamente à implementação a criação e ao desenvolvimento de espaços de apoio jovens empreendedores onde possam desenvolver as suas iniciativas empresariais com

loos tra
huy
A

estrutura de baixo custos. Este é um orçamento em que uma vez mais não teve na sua base numa verdadeira participação democrática global e integradora de todos, porque achamos que um orçamento mais discutido pode ser também um orçamento mais comungado, não deixamos de assinalar e lamentar a continuação das práticas de sempre, a nosso ver erradas, como a não auscultação das Juntas de Freguesia em termos formais, uma não auscultação dos senhores Presidente de junta, sobretudo, os da oposição. Continuamos e não auscultar o Partido da Oposição, era importante auscultar os Partidos da Oposição. Este é um orçamento que volta a adiar a tão desejada e necessária digitalização dos serviços Municipais, isto é adiar a aposta da modernização, funcionamento e aproximação dos serviços municipais aos cidadãos, nomeadamente naquele que é o mais exigido pela população, o Pelouro do Urbanismo. Por último, de realçar a falta de empenho na realização de pequenas obras de proximidade nas diferentes freguesias, já aqui hoje foi dito que há caminhos, estradas de terra batida de resto muitas delas propostas pelos vereadores eleitos pela Coligação Lousada Viva, hoje Acreditar Lousada. Ainda de evidenciar o facto de uma vez mais se continuar a adiar a implementação e finalização de determinados ramais e da iluminação pública. Podemos constatar neste plano e orçamento que passamos de uma verba em 2021 em iluminação de 45 000 € para 5 000 € para rede de distribuição de energia elétrica de 163 000€ para 100 000 €, eu sei, nós sabemos, todos os senhores Presidente de Junta e a senhora Presidente de Junta sabem que em todas as suas freguesias, em todas as freguesias do concelho necessitamos de uma vez por todas resolver um bem que é este, de certa forma é considerado básico, mas é fundamental. Por tudo isto, o nosso sentido de voto referente a este plano e orçamento será, naturalmente, a abstenção, atendendo a que há um conjunto de obras, há um conjunto de previsões, com os quais concordamos, como concordamos em campanha eleitoral todas nós se estivermos atentos e tivermos assistido àquilo que aqui já foi dito, foi dito em debates de campanha eleitoral, percebemos que eo 70%, 65% os candidatos comungavam das mesmas opiniões, o problema está em executar, o problema esta na oportunidade de implementar. E o senhor Presidente tem essa oportunidade, portanto, cabe-lhe a si implementar, executar e resolver de uma vez por todas este tipo de pequenas coisas. Nós estamos na época e na geração da digitalização. Eu, hoje, aqui não falei de saneamento, ainda não falei de saneamento nem de água, apenas para falar com

Lousada
Lousada
Lousada

minhas freguesias da qual eu estou à frente dos desígnios. Reconheço o esforço da Câmara Municipal em acudir a todas as Freguesias para melhorias da via de comunicação, mas não aceito que digam essa frase, esquecida, não! Poderá ter sido esquecida outrora, nestes 8 anos não. O senhor Presidente sabe, todos nesta sala sabem o esforço que a junta faz para fazer mais qualquer coisa. A Câmara apoia. Apoia sim senhor! Por vezes não chega, nem nunca chegará. Lanço um apelo ao Sr. Presidente, Lousada não é só a Vila, são 25 freguesias, e é bom que se olhe sempre de uma forma igual e equitativa e para todas elas. É evidente que às vezes a freguesia aqui ou acolá pode ser mais beneficiada o que me levou a falar aqui, hoje na Assembleia deputados onde se tomam as decisões corretas ou não, depende do ponto de vista, mas acho que são quase todas corretas e democracia é mesmo assim, a maioria é que vence, é que eu constato que há aqui freguesias que repetidamente fazem parte do PPI, quase as mesmos e há outras que não constam e se constam são valores muito reduzidos. Pegando no mapa escolar Lousada Oeste continuo a reparar que em termos de desenvolvimento com Lousada Norte, Aparecida, Torno e Vilar do Torno e Macieira há uma grande diferença de investimentos para aqueles lados em relação aos de cá de baixo. Em meu ver, é uma opinião muito pessoal e se estiver enganado peço desculpa, em termos de investimentos as vias de comunicação estão muito deterioradas, as pessoas queixam-se que estragam os carros. Neste momento há uma obra de grande envergadura na freguesia de Casais, há sim senhor! Obrigado Sr. Presidente por ouvir os meus anseios, ainda mais, há outra Rua em Nespereira que é uma grande necessidade, é a rua das Corredouras, da Ribeira, que faz ligação do centro escolar de Nespereira com a nacional 106 na, Rua de Belos Ares, que é uma grande necessidade ser requalificada. Aquela rua até ser feito o do Centro Escolar o trânsito era relativo, agora tem o triplo do movimento e é uma grande necessidade. Lanço um repto para verem em consciência. O caso de Nevogilde, Casais, Figueiras é uma necessidade. Senhor Presidente não se ganha para a oficina para a reparação dos carros. Reconheço o esforço da Câmara, a Câmara tem feito um investimento forte nas freguesias, agora é preciso um pouco mais para a zona de Lousada Oeste.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** «Numa análise muito breve, a este Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos estamos perante uma previsão de receitas e despesas para o próximo ano no valor aproximado de 45 milhões de

euros. Temos uma receita corrente que atingirá o montante de 29 milhões que suporta a despesa corrente de 25 milhões, enquanto a receita de capital atinge os 15 milhões de euros para uma despesa de capital de 20 milhões de euros. Notamos, pois um feliz aumento de 6,4% relativamente ao ano anterior, muito por força do aumento da receita de capital. Relativamente, à receita corrente esta apresenta um aumento de 4,5% relativamente ao ano de 2021, essencialmente pelo efeito dos impostos diretos e das taxas, sendo que a receita de capital aumenta 10,4% essencialmente pelo aumento das transferências relativas a obras comparticipadas como já aqui foi dito. Destaca-se a o peso das transferências correntes, bem como da venda de bens e serviços correntes e impostos diretos que no seu conjunto representam perto de 60% do total. A despesa municipal para 2022 prevê-se que ascenda aproximadamente 42 milhões de euros, a que corresponde um aumento de 13,9% relativamente ao ano transato, o que vem deitar por terra a acusação de que em ano de eleições há aumento de despesa por motivos eleitoristas. Congratulamo-nos com o aumento do investimento no melhoramento do parque escolar e das instalações desportivas e recreativas e sobremaneira com formação profissional, com obra descentralizada pelas mais diversas freguesias, investimentos importantes que se mantêm, mas sempre numa lógica de consciencialização orçamental. Perante os documentos apresentados, poderemos concluir que estamos perante um plano ambicioso, que aposta na diversidade de investimentos, em obras estruturais, necessárias e úteis à população, aliando um incremento no investimento a uma gestão eficiente e eficaz do erário público. Um orçamento e um PPI racionais, inteligentemente cuidados, calculados sem devaneios orçamentais, sempre com expetativas muito planeadas, que se ajustarão obviamente à medida das necessidades. O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos constituem já os princípios fundamentais da política orçamental deste Município, a que, aliás, como disse já nos habituou e, por isso, merecerá obviamente a nossa confiança.» -----

----- **Intervenção da senhora Eduarda Ferreira (Partido Socialista):** « Em relação à questão deixada pela oposição nesta elaboração deste plano eu tenho aqui a ata da reunião da Câmara que vou ler porque parece-me bastante esclarecedor, diz o Sr. Presidente da Câmara: "... de qualquer modo, se vocês tiverem qualquer sugestão para apresentar peço-

vos que o façam até final desta semana para depois trazermos à reunião a proposta de orçamento”... estamos a falar de uma reunião de Câmara do dia 22 de novembro. O sr. Presidente estava a pedir propostas para serem incluídas até final dessa semana, volvidas três semanas até à última reunião de Câmara nada foi proposto pela oposição, nesta medida, parece-me incoerente da vossa parte vir aqui dizer que não houve oportunidade de a oposição se manifestar. Quanto à formalidade da audição não me parece que isso esteja previsto taxativamente na Lei. O que o Direito de oposição diz é que as partes devem ser ouvidas em auscultação, devem ser ouvidas mas não diz em reunião formal. Tive o cuidado de procurar um parecer da CCDRN de 07 de abril de 2008 e j que insistem vou ser um bocadinho chatinha, que diz exatamente isto que é: “Sobre o momento em concreto em que a audição se deve processar, julgamos que deverá ser logo que a Câmara Municipal tenha elaborado o projeto de plano e de orçamento, ou seja, após a sua elaboração embora anteriormente à aprovação dessas propostas em reunião de Câmara. (...) Julgamos que os titulares do direito de oposição devem ser ouvidos logo após a elaboração dos projetos de propostas, mas não há formalidade quanto à audição. Queria deixar claro que houve essa oportunidade e a oposição não se manifestou.» -----

-----**Intervenção do senhor João Carlos Fonseca (PS):** «Eu vim aqui só para complementar a intervenção da minha colega de bancada e agradecer a preocupação da Dra. Ana Cristina, do Dr. Leonel e do Sr. Presidente de Junta de falarem agora na educação e com tanta preocupação com as obras na E 2.3, essa preocupação alegra-me porque por profissão e cidadão é uma área que me interessa bastante e pela nostalgia que me provocaram, porque eu me lembro-me que uma das primeiras intervenções nesta mesma Assembleia no mandato anterior prendia-se com a manifestação de não interesse ou de desejo que as obras na EB2.3 não se realizassem que se desperdiçassem fundos europeus que estariam destinados à realização de obras na escola EB 2.3 e curiosamente estavam relacionados com obras de eficiência energética, queria louvar evolução do vosso pensamento a este respeito.» -----

-----**Resposta do Sr. Presidente de Câmara Municipal:** «Começando pela intervenção do Sr. deputado Dr. Leonel Vieira sobre a questão do orçamento participativo jovem e o facto de se ter aceitado a proposta que propõe, passe a redundância, a intervenção na EB2,3 de Lustosa. A proposta resulta de uma fusão de três propostas que eram similares,

mas para além de obra física de reparações – porque se fosse só isso, efetivamente, não fazia sentido aceitar a proposta para votação porque já estava previsto – tem outro tipo de ações e na altura decidiu-se aceitar para não prejudicar os preponentes dessa proposta. De qualquer modo, o que eu diria sobre esta matéria é que já aconteceu ainda há poucos anos de haver propostas que não foram vencedoras e a Câmara levou-as a cabo. Estou a pensar, por exemplo, no Skatepark, que só agora é que vai ser uma realidade porque é um daqueles concursos que já foi aberto umas três vezes, mas efetivamente agora conseguimos a adjudicação, a obra já está consignada, vai ser uma realidade. Essa é a razão pela qual essa proposta para o orçamento participativo jovem foi aceite. Relativamente à rede viária, com certeza que o problema a existir não será os pequeníssimas ou pouquíssimos casos de troços de terra batida que existirão ainda e que se não foram resolvidos antes é porque não será tão prioritário, se não já teriam sido, como é óbvio. De qualquer modo, ainda hoje tive uma reunião com o Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, falamos nalguns casos, existem sim, mas todos nós sabemos que não são aquilo que mais preocupa a nossa comunidade. É bem mais importante, com certeza, requalificar as vias existentes e é essa que vai ser, seguramente, uma das prioridades para este mandato, mas mais à frente falarei sobre isso porque o Sr. Presidente da Junta das Freguesias de Nespereira e Casais também falou sobre esse assunto. -----

Relativamente ao parque de estacionamento o Sr. Deputado disse que eu concordo agora, mas o que eu disse é que a construir-se um edifício de raiz para uma loja do cidadão, neste terreno que nós adquirimos ao lado do Pelourinho, não passaria pela cabeça de ninguém que se fizesse um equipamento daqueles sem estacionamento, foi o que eu disse. Naturalmente que é um imperativo, sob pena de termos depois outro tipo de problemas e a dificuldade que nós encontramos é que só para um piso de parque de estacionamento coberto estamos a falar numa estimativa orçamental de milhão e meio de euros e para poucos lugares, então imaginem se quisermos fazer um outro piso. Essa é a dificuldade, foi aquilo que eu na reunião de Câmara partilhei com os senhores vereadores, por isso, apesar de não estar expresso no PPI a questão da Loja do Cidadão é um dos assuntos que está na agenda do dia e que estamos a procurar soluções a muito curto prazo para podermos concretizar esse objetivo, até porque há agora um cenário favorável porque há financiamento do PRR, só que o valor máximo elegível que está previsto de um milhão pode

Leostre
my
R

ser muito pouco face àquilo que se pretende fazer e, por exemplo, ainda retomando o caso deste terreno parece-me evidente, pelo menos a mim, que a construir-se alguma coisa, face à dimensão do terreno e à sua centralidade, a sua localização, devia ter condições para acolher outro tipo de serviços, outro tipo de valências, para além da loja do cidadão, ou seja, estamos a falar de um investimento avultado que só com este aviso não resolve o nosso problema. É um assunto que está a ser equacionado e a curto prazo conto de ter já mais novidades sobre essa matéria. Eu diria que relativamente a isso o mais importante está feito, que foi a Câmara adquirir o terreno que nos permite ter essas condições de ver o que melhor se adequa para o local, em função da disponibilidade que existir em termos de financiamento. -----

Relativamente ao hipermercado que falou, efetivamente, há um privado que manifestou vontade de construir nesse terreno junto à rotunda do hospital. É uma ideia que, de maneira nenhuma me encanta, acho que já temos hipermercados que cheguem em Lousada, mas, infelizmente, as Câmaras Municipais não têm a possibilidade legal de excluir esse tipo de investimentos. No passado era diferente, uma vez que havia quotas para as grande superfícies comerciais, que precisavam de autorização prévia de diversas entidades, em conferências decisórias que eram promovidas pela Direção Regional de Economia, mas depois foi liberalizado esse tipo de atividade e agora só por questões urbanísticas é que as Câmaras poderão impedir, mas não é o caso em apreço, porque aquele terreno, como todos sabemos – porque o PDM é público – é um terreno de construção. Nós já fizemos diversas reuniões com o operador económico e a Câmara colocou como grande preocupação a questão do trânsito e do estacionamento. Foi-nos apresentado um primeiro estudo prévio que não mereceu a nossa aprovação, justamente por causa da questão do estacionamento. Para irem de encontro àquilo que a Câmara preconizava, segundo o operador económico, determina um aumento de custos superior a um milhão de euros. O que eu lhes disse é que isso não era um problema da Câmara, era um problema deles e que deviam avaliar se tinham condições, ou não, para concretizar esse investimento. Pelo que percebi na última reunião, mesmo com as condições impostas pela Câmara, mantêm o interesse. Basicamente a grande alteração que houve é que o hipermercado vai desenvolver-se num primeiro piso, com estacionamento coberto no piso inferior e descoberto no terreno restante. O empreendimento vai ter muito estacionamento, tendo

sido uma imposição da Câmara e vai também reforçar ao máximo o estacionamento público exterior, nomeadamente na Avenida que faz a ligação da Estrada Nacional com a Av. de Errenteria. Mesmo na Estrada Nacional há uma parte que não tem estacionamento e está previsto colocar, embora também seja necessária a aprovação da Infraestruturas de Portugal. Relativamente à sugestão que deu de a Câmara exigir que o estacionamento seja livre, isso seria ilegal, não temos condições para o fazer. O que vai acontecer vai ser diferente. Se a decisão do operador económico for colocar barreiras, depois há mecanismos para trocar as senhas de compras por estacionamento, pelo menos foi isso que eu percebi, quem fizer compras tem acesso gratuito, pelo menos foi isso que eu percebi. Naturalmente, face ao número de estacionamentos disponíveis que vai ter, vai acabar por ter um reforço da oferta de estacionamento no local. A esse nível não antevejo problemas. Pessoalmente, acho que a localização daquele terreno merecia, na minha ótica, um empreendimento diferente, de maior nobreza. Mas a Câmara, como o Sr. Deputado reconheceu, está limitada na sua decisão de evitar que esse investimento se concretize. Pelo que percebi na última reunião, apesar das exigências que a Câmara fez, o promotor está interessado em avançar com o investimento. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Lustosa e Santo Estêvão, começou por dizer que nada do que se disse é verdade, não sei concretamente a que se estava a referir, porque é uma expressão muito forte. Nada do que se disse é verdade? Não sei que promessas são essas que referiu. O que eu sei é o que a Câmara sempre disse, que, efetivamente, defendia obras de fundo não só para aquela escola, mas também para a EB2,3 de Caíde e EB 2,3 de Nevogilde. E temos que ter noção de que se a Câmara já tinha responsabilidade direta nas EB'1s, não tinha propriamente uma responsabilidade direta nas EB 2,3. Quanto às EB2,3, a atuação da Câmara estava limitada ao contrato interadministrativo de delegação de competências que foi feito há uns anos atrás com o Ministério da Educação e que não contemplava obras de fundo. Contemplava pequenas intervenções que foram sempre feitas. Não percebo! Vou questionar a senhora Diretora do Agrupamento porque fiquei incrédulo com a afirmação que fez aqui, de que "a senhora Diretora lhe pediu ajuda para a reparação de um fogão porque a Câmara não participava". Não estou a colocá-lo em causa, mas isso não devia acontecer. É óbvio que é uma responsabilidade da Câmara. O problema que referiu do frio é uma verdade,

aliás, no mandato anterior, a senhora Deputada Cidália falou aqui nisso, diversas vezes, porque era professora lá. Naturalmente que era do nosso conhecimento, mas também é verdade que esse problema não existia só nessa escola, existia na EB2,3 Lousada Centro, na EB 2,3 de Caíde de Rei e na EB 2,3 de Nevogilde, e esse problema só é resolvido com investimentos avultados e até à data nunca houve condições do ponto de vista financeiro para avançar com essas obras. O investimento para essas três escolas atinge cerca de 4,5 milhões de euros, e conforme eu disse, neste momento, o Município avançou com os concursos, Caíde de Rei já começou, as outras ainda não começaram porque os concursos ficaram desertos. É uma realidade com a qual nós não estávamos habituados, e pelo que vejo com os meus colegas de outras câmaras, aqui em Lousada não correu mal, temos as obras todas adjudicadas. -----

Se se faz a requalificação do mercado existente, ou se se constrói um novo, essa decisão vai ter de ser tomada a curto prazo para depois desenvolvermos o projeto para logo que abram os concursos do próximo quadro comunitário – que vai continuar a ter recursos para a reabilitação urbana – possamos ter já essas obras em carteira. No que toca à auscultação dos partidos e dos Srs. Presidente de Junta, eu volto a dizer aquilo que recorrentemente digo e digo-o com convicção. Eu acho que a auscultação não pode ser uma mera formalidade de se fazer uma reunião. Ok, está cumprida a formalidade, isso é a coisa mais fácil de se fazer. O que tem sentido é que a auscultação seja permanente. Nós mantemos o contacto permanente com os Srs. Presidentes de Junta, e quando as situações não podem ser resolvidas na hora, porque envolvem investimentos avultados, ficam a aguardar que haja condições para nos próximos planos plurianuais de investimentos se possa concretizar essas realizações. É isso que nós temos procurado fazer ao longo do tempo, naturalmente gostaríamos de ter uma folga orçamental que nos permitisse fazer e realizar obras em menos tempo, mas das duas uma, ou abdicados da receita ou aumentamos os impostos para termos maior folga. À medida das possibilidades vamos conseguindo concretizar essas realizações. Relativamente à digitalização dos serviços, queria dar nota que está praticamente concluída, falta a parte mais visível que é os serviços online, porque já se procedeu à desmaterialização dos processos, já tramitam pela via digital. Agora vamos avançar com os serviços online, mas para além disso decidimos adjudicar uma prestação de serviços ao Instituto Kaizen que já está e vai trabalhar connosco, durante 6 ou 7 meses.

Leost
L
R

É uma instituição que já fez diversos trabalhos noutras Câmaras, porque às vezes faz falta um olhar externo, uma vez que não é fácil mudar hábitos, mudar rotinas, há sempre uma resistência, é normal. Exemplificando com casos externos torna-se mais fácil, é uma das apostas para se realizar a curto prazo. Relativamente às ditas obras de proximidade, muitas delas estão incluídas no PPI, naquelas rubricas mais genéricas, e desde que haja um clima de boa cooperação, como tem existido em mandatos anteriores com as juntas de freguesia, muitas dessas obras são resolvidas pelas juntas de freguesia com a colaboração da Câmara, sem qualquer problema. A iluminação pública, não fixei as verbas mas percebi que, porventura, poderiam ser insuficientes e irrisórias. Há uma nota que é importante termos presente é que nós estamos a falar da dotação inicial do orçamento, naturalmente há muitas rubricas que vão ser reforçadas, aliás, algumas estão assumidamente deficitárias porque estamos a contar, a exemplo daquilo que temos feito em anos anteriores, reforçar através da incorporação do saldo de gerência e poderá ser o caso. O problema maior que nós temos sentido é demora na resposta por parte da EDP. Muitas das vezes as pessoas não percebem porque é que determinado problema ainda não está resolvido, quando nós já informamos que foi dado a indicação para se resolver há meses e, infelizmente, é isso que tem acontecido e às vezes são coisas tão simples como colocar uma lâmpada, ou mudar um poste, porque a EDP tem poucos recursos próprios e há um problema crescente em termos de mão-de-obra por parte dos empreiteiros. É um problema crescente que temos verificado. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesia de Nespereira e Casais, concordo inteiramente que deve haver uma prioridade clara na requalificação da rede viária, aliás, foi um compromisso que assumimos. Como eu costumo dizer, ou se canta ou se assobia, e efetivamente, nós nos últimos mandatos investimos imenso em infraestruturas. Eram infraestruturas básicas e era por aí que tínhamos mesmo que começar. Com esta candidatura para o fecho de redes de saneamento vamos terminar esses investimentos avultados, obra essa que foi adjudicada também num segundo concurso. Estamos a falar de uma obra que levamos a concurso por um milhão e meio que ficou deserta e depois tivemos que subir para 2 milhões, para vocês verem a décalage que tem existido em termos daquilo que eram as nossas previsões e o esforço que tivemos que fazer neste último ano para acomodar esse aumento de custos, face àquilo que era a

previsão inicial. Com essa obra nós ficamos com o problema do saneamento resolvido. Ainda há dias falava com o meu colega de Felgueiras e lhe mostrava a minha surpresa quando o Sr. Ministro do Ambiente anunciou este aviso específico para municípios densamente povoados e com baixas taxas de cobertura, uma vez que não me passava pela cabeça que esse aviso iria contemplar Lousada, porque a medida foi anunciada em Paredes, onde existe, efetivamente, um problema grave. Felgueiras também tem um problema grave que os meus colegas estão a tentar resolver e fiquei muito surpreendido e agradado com aquela notícia porque, efetivamente, estávamos ali no limiar da taxa de cobertura admissível e a grande dificuldade que encontramos foi a de cumprir as condições previstas no aviso. Numa primeira abordagem, nós não cumpríamos as condições porque no conjunto dos três subsistemas que temos no saneamento tínhamos 600 fogos por cobrir com saneamento mas, separadamente, não tínhamos e o aviso dizia que em cada subsistema a obra teria que servir pelo menos 600 fogos. Houve uma interação com o gabinete do Sr. Ministro para ver se conseguíamos aproveitar aquela oportunidade, porque não tem havido grandes possibilidades de financiamento comunitário para saneamento nestes últimos anos, e, felizmente, conseguimos resolver o problema e essa obra vai ser comparticipada. Resolvida essa questão, a prioridade será a requalificação da rede viária. Não concordo com aquilo que o Sr. Presidente diz que quando as obras são feitas por administração direta há escassez de mão-de-obra e alguma pouca qualidade. Escassez há sempre, mas quanto à pouca qualidade não concordo. Naturalmente que nem sempre as coisas correm bem, mas isso acontece também com os empreiteiros e agora é que nós notamos isso. Isso está a acontecer com todos os empreiteiros, há uma dificuldade tremenda em termos de mão-de-obra. Para além da subida dos preços dos materiais, em que tem havido alguma especulação, há um problema sério de escassez de mão-de-obra na construção civil, problema que só se vai resolver, creio eu, com imigração, porque nós sabemos que as novas gerações não estão muito predispostas a enveredar pelas profissões ligadas à construção civil, apesar de serem cada vez mais bem remuneradas. O que já se vê muito é empreiteiros a recorrer à imigração, porque temos um problema grave, há recursos, há condições para investir, nomeadamente o PRR, vai haver o próximo quadro comunitário, há este quadro comunitário que está na reta final e creio que muitas das entidades beneficiárias vão perder o financiamento porque não vão ter capacidade de

Lousada
Lousada
Lousada

execução porque a oferta não vai responder à procura. Dar nota ainda que relativamente ao que disse que não se ganha para a oficina, eu também sou condutor, não ganhamos para a oficina se não adequarmos a velocidade às condições das vias, mas concordo que em algumas é mesmo urgente intervir. Não deixa de ser curioso que nós temos aí algumas ruas que só passaram a ser problema depois das vias serem requalificadas. Eu não tenho memória, mas está aqui o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem que poderá confirmar, de haver, por exemplo, queixas relativamente à Rua da Restauração. A Rua da Restauração foi requalificada e fez-se ali aquilo que eu defendo que é, onde temos pisos de cubo não vale a pena inventar, está tudo inventado, o que faz sentido é levantar tudo e repor o piso, e daqui a 20 anos está lá a matéria-prima para se fazer igual para termos uma estrada nova. O problema dos tapetes, é que para além do investimento inicial, em média passados 15 anos é preciso renovar e depois temos o problema da velocidade que o tapete propicia. As pessoas querem tapete, depois querem lombas, e eu costumo dizer que se nós colocássemos lombas sempre que nos são solicitadas andávamos sempre aos saltinhos. Agora imaginem o que é uma ambulância em marcha de urgência até ao hospital de Penafiel passar por centena de lombas! Os pisos em cubo de granito têm essa vantagem porque à partida não propiciam tanto a velocidade. O certo é que há um cidadão daquela Rua da Restauração, decerto com alguma pertinência, que se queixa que a partir do momento em que se fez aquela intervenção é intolerável a velocidade com que os carros passam na rua. É evidente que isto não é razão para deixarmos de requalificar as vias, mas só para dizer que há aqui uma consciência cívica que por vezes falha, porque, efetivamente, nas zonas residenciais é muito crítica a questão da velocidade. Por isso é que nós defendemos que nas intervenções se faça pelo menos um passei num dos lados, para se criar condições de segurança aos nossos peões. ----- Para terminar e agora relativamente ao orçamento e ao PPI já aqui foi dito que a receita total prevista para o próximo ano é na ordem 45 milhões de euros, regista-se uma variação de cerca de mais de 2,7 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 6% em relação ao orçamento 2021. Como disse a Dr.ª Eduarda e bem, está aqui demonstrado que apesar de não haver eleições este orçamento é ainda superior ao do ano transato. Este aumento é provocado, essencialmente, pela transferência de capital de 1,48 milhões e 750 mil euros de impostos diretos em relação ao ano precedente. Relativamente à receita

lcastro


corrente, a receita proveniente das transferências correntes tem um peso de 35% na receita total e apresenta a maior parcela da receita autárquica. Esta nota, na minha perspetiva, é muito importante. De acordo com o anuário financeiro e um recente relatório da CCDR-N sobre a execução orçamental na região Norte, as receitas fiscais apresentam a maior parcela de receita autárquica, e no nosso município as receitas fiscais ocupam a terceira posição com um peso de 19% em relação à receita total resultante das baixas taxas de IMI, IRS praticado e isenção de derrama. Relativamente às receitas de capital, há que realçar a diminuição do volume do passivo financeiro em relação ao ano precedente, menos 181 mil euros, todas as restantes receitas apresentam um crescimento relevando-se a receita de capital com aumento de 19% relativamente ao orçamento anterior. Este aumento é provocado, essencialmente, pelo fecho do quadro comunitário, conforme também já foi dito. No que toca à despesa total em 2022 os totais da despesa orçada apresentam um crescimento de 6% em relação ao ano transato, tendo a rubrica de despesa de capital maior impacto com um aumento de 1,98 milhões, devido aos grandes projetos já iniciados. Já aqui referi as escolas, a rede viária e a área de acolhimento empresarial. Outra nota importante relativamente à despesa corrente, hoje não referiram, mas em mandatos anteriores era recorrente. No que respeita à despesa corrente orçada verifica-se uma descida do volume da despesa com pessoal, menos 307 mil euros e uma diminuição da despesa total que passa de 28 para 26 em 2022, que o orçamento anterior muito abaixo do apresentado no anuário financeiro em que a média é de 31,2%. Há uma componente expressiva na aquisição de bens e serviços. Isso deve-se em grande medida ao grande aumento de custos que houve. Em conclusão, este orçamento para 2022 atinge o montante global de 45 milhões, as receitas correntes totalizam aproximadamente os 30 milhões e as despesas correntes 25 milhões, gerando uma poupança corrente de 5 milhões de euros que permitirá ao Município reforçar a sua capacidade de investimento. Naturalmente que esta poupança corrente de 5 milhões para o ano que vem é limitada, porque há obras que têm de ser concluídas porque estamos na fase final de execução do quadro comunitário e não nos sobra muito para outros projetos mas, sobretudo, permite-nos encarar o futuro com muita esperança porque não sabemos como é que vai ser o próximo quadro comunitário que a dissolução do Parlamento vai atrasar. O que estava previsto é que o acordo de parceria fosse aprovado em março mas, naturalmente, havendo novo Governo

Lousada
Lousada
Lousada

esses prazos vão deslizar e faz sentido para serem reponderadas as opções. Nós tivemos há dias uma reunião com o Presidente da CCDR-N e tivemos o Conselho Regional e aquilo que é expectável é que os primeiros avisos comecem a ser publicados no final do próximo ano. Ainda que haja este deslize no que respeita aos fundos comunitários fica aqui bem demonstrado que nós vamos continuar a ter capacidade de investimento, apesar da política fiscal amigável que temos para as famílias e para as empresas, prescindindo de mais de 2 milhões de euros de receita fiscal todos os anos. É um orçamento que é apresentado com a mesma tónica de sempre, com grande sentido de responsabilidade, mas também um orçamento ambicioso, expansivo, aliás como o Sr. Deputado referiu, e permite-nos encarar o futuro com muita esperança e que vai, seguramente, dar o contributo muito importante para continuar esta senda de melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos, porque grande parte desses investimentos vão ter repercussões para o futuro, têm um impacto forte em termos de despesa no próximo ano, mas cujos efeitos vão perdurar durante décadas.» -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugado com o n.º 1 do art.º 44.º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por 21 votos a favor e 12 abstenções**, a proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2022, acompanhada do Relatório de Apresentação do Orçamento e Normas de Execução Orçamental 2022. -----

4.-----Taxa de IMI para vigorar no ano de 2022. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação da taxa de IMI para prédios urbanos, no ano de 2022, de 0,3%, conforme estabelece a alínea c), do n.º 1 e no n.º 5 do art.º 112º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como, a fixação de uma redução do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2022, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de 70,00 €, no uso da competência prevista artigo 25.º, n.º 1,

alínea d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

-----**Sem Intervenções.** -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 33 votos**, a proposta para a Taxa de IMI, para vigorar no ano de 2022. -----

5.-----Taxa de IRS para vigorar no ano de 2022;-----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação de 4% da participação variável deste Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Lousada, para vigorar no ano de 2022, nos termos do art.º 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03/09, conjugado com a al. c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

----- **Sem Intervenções.** -----

----- **Deliberação:** No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 33 votos**, a proposta de IRS, para vigorar no ano de 2022. -----

6.-----Taxa de direitos de passagem para vigorar no ano de 2022;-----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação da taxa de direitos de passagem para vigorar no ano de 2022, em 0,25%, nos termos da al. b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e al. f) do art.º 14.º Da Lei n.º 73/2013, de 03/09. -----

-----**Sem Intervenções.** -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea b) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 33 votos**, a proposta para a Taxa de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2022. -----

lcosta
hml
re

7.----- Mapa de Pessoal para o ano de 2022; -----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta do Mapa de pessoal para o ano de 2022, conforme o estipulado no n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho e Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

-----Pela 00h15min ausentou-se da sala o senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Sta. Margarida), Eduardo António Taveira (Partido Socialista). -----

-----Intervenção do senhor Presidente de Câmara Municipal: «Eu, aqui diria que apesar de constar determinado número de novos postos de trabalho, não quer dizer que eles vão ser providos, a exemplo do que aconteceu nos exercícios anteriores. É evidente que há aqui algumas áreas em que somos deficitários e que vamos ter mesmo que reforçar. Aliás, já estavam previstos alguns desses lugares, estou a lembrar-me, por exemplo, de concursos que ficaram desertos, uma coisa que parece surreal!... Este ano, abrimos um concurso para técnico superior de arquitetura, porque perdemos uma técnica, que estava justamente no licenciamento e que foi por mobilidade para outra câmara, abrimos um concurso e ficou deserto. Entretanto, tivemos a ver se por mobilidade alguém queria vir, mas nestes últimos anos foi muito complicado para administração pública, com poucas admissões e quem tem os bons quadros tenta assegurá-los e a única alternativa que temos mesmo é contratação, vamos ver se conseguimos agora. Depois, dar nota, de que, embora este devia ser mais no ponto anterior do orçamento, que apesar de nós termos descido ou prevermos uma descida de despesa, o certo é que tem havido alguns aumentos salariais, coisa que não acontecia no passado. Para este ano ou para o próximo ano está previsto um aumento de algumas despesas por exemplo, um subsídio novo, que é um subsídio de insalubridade e penosidade, que vai passar a ser um suplemento para algumas categorias profissionais. Dar nota também que houve um aumento dos salários mais baixos, com o aumento do salário mínimo, que tem sempre um efeito considerável, e tem mais efeito até em municípios com a nossa realidade do que na generalidade dos municípios. E, por isso é que aparecemos também naqueles indicadores da CCDR ou do próprio anuário financeiro,

agora não estou certo, como um município em que a despesa per capita por trabalhador não é muito grande, porquê? Porque nós temos muitos assistentes operacionais, porque temos uma dinâmica de administração direta que não existe em grande parte dos municípios e porque temos já grande parte dos funcionários que vieram do Ministério da Educação e que grande parte deles recebem o salário mínimo. E, mesmo com esses custos acrescidos a previsão para o próximo ano é de não aumentar a despesa com pessoal.» ---

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea o) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 32 votos**, a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2022.» -----

8.-----Despesas de Representação aos Dirigentes do Município de Lousada;-----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de dirigentes de 1.º e 2.º Grau, para o mandato 2021/2025, sujeitas a atualizações anuais, nos termos do n.º 2 do art.º 24.º da Lei 49/2012 de 29/08.-----

-----**Intervenção do senhor Presidente de Câmara Municipal:** «Aqui, só um desabafo. É que, na minha opinião, não tem sentido nenhum que isto seja votado pelas Assembleias Municipais, porque se porventura alguma Assembleia Municipal negasse este direito aos dirigentes, então nós deixávamos de ter dirigentes, porque eles recebiam mais na categoria de origem. Portanto, é daquelas que ninguém percebe, é a lei que temos e portanto compete à Assembleia aprovar.» -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista no n.º 2 do art.º 24.º da Lei 49/2012 de 29/08, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 32 votos**, a atribuição de Despesas de Representação aos Dirigentes de 1.º e 2.º Grau, para o mandato 2021/2025 do Município de Lousada.-----

9.-----Regime Jurídico da realização de despesas públicas e da contratação pública relativo à locação e aquisição de bens móveis e serviços;-----

-----Pela 00h18min regressou à sala o senhor Presidente de Junta da União de

Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo António Taveira (Partido Socialista).-----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da autorização para a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao valor de 997 595,79€, nos termos do art.º 18.º conjugado com o art.º 4.º ambos do Decreto-Lei n.º. 197/99, de 08/06.-----

-----Intervenção do senhor Presidente de Câmara Municipal: «É para manter a regra do mandato anterior.»-----

-----Deliberação: No uso da competência prevista no art.º 18.º conjugado com o art.º 4.º ambos do Decreto-Lei n.º. 197/99, de 08/06, a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 33 votos, a autorização para a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao valor de 997 595,79€.-----

10. ----- Transferências de competências no ano de 2021 – Ação Social;-----

----- A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da não assunção do exercício da transferência das competências no ano de 2021 em matéria de Ação Social, no âmbito do disposto no art.º. 12.º. da Lei nº 50/2018, de 16 /08, do art.º. 24.º do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12/08 e das Portarias n.ºs 63/2021, 64/2021, 65/2021/ e 66/21 de 17/03.-----

-----Intervenção do senhor Presidente de Câmara Municipal: «Creio que a proposta está clara, tem a ver com o diferendo que temos ainda com o Ministério, sobre as transferências financeiras para o Município, porque entendemos que a proposta que nos foi apresentada não contempla, pelo menos, uma parcela que é importante e que é justo que seja atribuída, que tem que ver com as despesas que o Estado tinha com a RELIS e que deixou de existir. A RELIS era um contrato que existia entre a Segurança Social e a Santa Casa, que depois não foi dada sequência e provisoriamente o Município foi assumido essas competências. Reforçamos até o nosso quadro pessoal, até porque se não o fizéssemos nesta altura, íamos ter que o fazer agora, ao recebermos a transferência de competências. E, como no fundo, subjacente a este processo da transferência de competências esteve um exercício de soma nula, ou seja, o Estado transfere as competências e as verbas da despesa

que estava alocada a cada uma dessas competências, como o Estado não está a ter essa despesa com o RELIS, na proposta que nos fez, não prevê essa verba. E, o que nós dizemos é que isso não é justo e a própria Secretária de Estado concorda connosco e está a ver se consegue junto do Ministério das Finanças resolver o problema. Portanto, acredito que vamos ter aqui uma solução e, no limite, se não houvesse outra solução, iríamos para tribunal. Aliás não sei se já o disse, creio que não, mas estarão recordados de há uns anos atrás nós termos ido com o Estado para o Tribunal por causa daquele contrato interadministrativo que fizemos com o Ministério da Educação. Já recebemos a decisão da primeira instância e ganhamos a questão. Entretanto, o Ministério Público recorreu, vamos aguardar pela decisão do tribunal superior, mas acho que vamos voltar a ganhar o recurso. E, portanto isto só para dizer que concordamos inteiramente com o processo da transferência de competências mas há arestas a limar. E, no caso em concerto só depois de nós termos devidamente salvaguardado o interesse desde Município é que vamos aceitar formalmente esta transferência de competências.» -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista na al. k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o art.º 24º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 33 votos, aprovar a não assunção do exercício da transferência de competências no ano de 2021 em matéria de Ação Social. Mais foi deliberado comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nos termos do n.º 2 do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.-----

11. ----- Declaração de Aceitação de benefícios fiscais (Empresa Natwindo S.A.); -----
Assunto retirado da ordem do dia, por já ter sido sujeito a deliberação na sessão extraordinária de 16/12/2021. -----

12. ----- Contrato programa a celebrar entre a Câmara Municipal e a Lousada Séc. XXI;--
-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre a Câmara Municipal e a Lousada Séc. XXI para o ano de 2022, nos termos do consignado no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 30/08. -----

-----Pela 00h23min ausentou-se da sala o senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais, José Oliveira Nunes (Coligação Acreditar Lousada).---

-----Intervenção do senhor Presidente de Câmara Municipal: «O que posso dizer relativamente a este valor!... Que é um mero exercício de previsão, depois vamos ter que ajustar em função daquilo que a pandemia permitir, porque o último ano foi muito, muito complicado, porque a Século XXI tem uma estrutura de custos fixos e, depende da faturação. E, naturalmente que foi obrigada a ter as suas instalações encerradas durante muito tempo, e no resto do tempo muito condicionado. E, agora a expectativa é que efetivamente haja uma contínua melhoria para que as contas possam ser reequilibradas. Caso haja algum problema a esse nível vamos ter que depois rever este valor como é óbvio.» -----

-----Deliberação: No uso da competência previsto n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 30/08, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 32 votos, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar entre a Câmara Municipal e a Lousada Séc. XXI para o ano de 2022. -----

13- -----Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. – Designação do Fiscal Único;-----

-----Pela 00h26min regressou à sala o senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais, José Oliveira Nunes (Coligação Acreditar Lousada). --

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta no sentido de designar o Fiscal Único da empresa local para o quadriénio em curso, coincidente com o mandato autárquico, bem como do respetivo suplente, e respetiva retribuição mensal, de acordo com o n.º 3 do art.º 26.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08: -----

• -----Fiscal único - “Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Ld.ª, fixando-se uma retribuição mensal de 425,00€, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais sob o n.º 28 e na

CMVM sob o n.º. 20161383; e -----

• -----Suplente do fiscal único – “Paula Saraiva & Manuel Pereira, SROC”, inscrita na Ordem dos Revisores oficiais de contas sob o n.º 79 e na CMVM sob o n.º. 20161411. -----

-----Sem Intervenções. -----

-----Deliberação: No uso da competência n.º 3 do art.º 26.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 33 votos, aprovar a proposta no sentido de designar o Fiscal Único da empresa local para o quadriénio em curso, coincidente com o mandato autárquico, bem como do respetivo suplente, e respetiva retribuição mensal. -----

lcastro
huy
R

14- -----Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. – Remuneração dos elementos do Conselho de Administração; -----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da remuneração dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2021/2025, coincidente com mandato autárquico, atendendo o disposto no art.º 18.º do n.º 2 dos Estatutos da Lousada Seculo XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – EM – Sociedade Unipessoal: -----

a) Ao Presidente do Conselho de Administração seja fixado a remuneração de 1.641,00€ (mil seiscientos e quarenta e um euros), e-----

b) Aos elementos do Conselho de Administração, sejam atribuídas despesas de representação no montante de 356,58€ (trezentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos.) -----

----- **Intervenção do senhor Agostinho Gaspar Ribeiro (Coligação Acreditar Lousada):** «Só queria questionar qual é o critério? E, eventualmente, se é o mesmo valor ou não? E, já agora, aproveitava também para perceber, se já houve a renomeação, normalmente, há de um mandato para o outro ou se mantém a mesma administração que estava? Era isso. ---

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara:** «Relativamente, à composição do novo Conselho de Administração, já foi votado em reunião de Câmara. Relativamente, à remuneração, a proposta é no sentido de manter, relativamente ao Presidente do Conselho de Administração, a remuneração do mandato anterior. Relativamente às despesas de

representação, é novidade, porque efetivamente os membros do conselho de administração têm custos com as representações, nomeadamente ao fim de semana, têm que se deslocar. Acho que é de inteira justiça que haja uma recompensa mínima, a título de despesas de representação, porque efetivamente essa representação existe e gera despesa para os próprios.» -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista no art.º 18.º do n.º 2 dos Estatutos da Lousada Seculo XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – EM – Sociedade Unipessoal, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 33 votos, aprovar a remuneração dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2021/2025, coincidente com mandato autárquico. -----

15- ----- Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM);-----

----- A Assembleia Municipal de Lousada propõe aprovação da proposta n.º 02/AML/2021, subscrita pela Presidente da Assembleia Municipal, da **Adesão da Assembleia Municipal de Lousada à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais**, nos seguintes termos: Considerandos: 1) Resulta do art.º 235.º, n.º 1 da CRP que a organização democrática do Estado português compreende, também, a existência de municípios; 2) Tais municípios, de acordo com o mesmo art.º 253.º da CRP, podem constituir associações para a administração de interesses comuns; 3) Mais especificamente, podem os municípios constituir, alternativamente, associações de fins específicos, nos termos dos arts. 108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra o regime jurídico das autarquias locais, as quais constituem pessoas coletivas de direito público, ou puras associações de direito privado, nos termos consagrados na Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que consagra o regime jurídico das associações representativas de municípios e das freguesias; 4) Concretamente em relação às associações de direito privado de municípios disciplinadas pela referida Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, decorre do estatuído no seu art.º 1.º que é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central; 5) Determina ainda o art.º 2.º da mesma Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como pessoas coletivas de direito privado, nos termos da lei civil; 6) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, portanto, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil; 7) De acordo com o art.º 2.º, n.º 1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios (de onde aqui também resulta, a contrário sensu, que não nos deparamos com um exemplo de associação de municípios de fins específicos prevista nos arts. 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); 8) A valorização que se pretende, com efeito, é algo mais profundo e complexo, que passa

pro visitar o espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, e daí alicerçar uma maior salvaguarda do papel da Assembleia Municipal enquanto verdadeira “casa da democracia” no âmbito local; 9) “Casa da democracia” essa que tutela um poder partilhado, interdependente e sucessivamente fiscalizado, reflexo de comunidades maduras e civicamente engajadas; 10) A adesão a uma associação de direito privado de municípios que tem em vista a representação institucional dos seus associados – e aqui especificamente a adesão à ANAM – encontra-se dependente do acordo prévio do município; 11) A deliberação da adesão a uma associação deste cariz constitui “ (...) uma competência tipicamente reservada à Assembleia Municipal (...)” – cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. II, Coimbra Editora, 2010, p. 768; - 12) Todavia, uma vez que o que se pretende é representar institucionalmente o município a deliberação de adesão deste deve, na senda da boa jurisprudência das cautelas, ser uma deliberação de valor reforçado, o qual será obtido mediante a pronúncia dos dois órgãos que compõe a pessoa coletiva município – o órgão executivo e o órgão deliberativo; -- 13) Para tanto, dever-se-á observar uma tramitação inspirada naquela necessária para se proceder à adesão a uma associação de municípios de fins específicos, por ser esta aquela que especificamente exige a pronúncia favorável dos dois órgãos; 14) Por conseguinte, deve em primeira linha a Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que esta delibere a participação do município neste projeto que é a ANAM, para que então, o executivo municipal proponha à Assembleia Municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM; 15) De igual forma, aquando da deliberação a ser formulada pelo executivo municipal, este oportunamente, de acordo com o estipulado no art.º 33.º, n.º 1, al. oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designaria como representante do município na ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor desta associação de direito privado de municípios, a Presidente da Assembleia Municipal. Ao abrigo do previsto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a Presidente da Assembleia Municipal de Lousada propõe: A aceitação dos Estatutos da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, em anexo, que fazem parte integrante desta proposta; A adesão da Assembleia Municipal de Lousada à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo representada pela respetiva Presidente; Recomenda-se à Câmara Municipal que esta delibere a participação do Município na ANAM, com uma quota anual de €1.925.-----

-----Sem Intervenções. -----

-----Deliberação: No uso da competência k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a **Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 33 votos**, a aprovar a proposta n.º 02/AML/ 2021 de Adesão da Assembleia Municipal de Lousada à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

16- -----Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda., – Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2022. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada dá conhecimento à Assembleia Municipal dos Instrumentos Previsionais para 2022 da “Lousada Séc. XXI, E.M.”, nos termos e para efeitos do consignado no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na redação que lhe foi data pela Lei n.º. 69/2015, de 16/07, e do art.º. 33.º., n.º 1 alínea ccc) do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara:** «Relativamente, a esta matéria diria aquilo que disse sobre o Contrato-Programa, ou seja, são documentos previsionais, que obedecem a determinados pressupostos. Pode correr bem, pode correr até bem melhor do que está previsto e pode correr pior, mas isso depende apenas da evolução da pandemia. A pandemia pode criar mais entraves do que aqueles que atualmente existem, mas isso é aquilo que todos nós desejamos que não aconteça, é um cenário que nem queremos pensar nele, porque não afetaria apenas a Século XXI, afetaria toda a economia, portanto vamos ser otimistas e esperar que efetivamente o cenário melhore e, se assim for, a Seculo XXI vai ter aqui uma linha de recuperação.» -----

-----Nos termos e para efeitos do consignado no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na redação que lhe foi data pela Lei n.º. 69/2015, de 16/07, e do art.º. 33.º., n.º 1 alínea ccc) do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento pelos 33 membros presentes dos Instrumentos Previsionais para 2022 da “Lousada Séc. XXI, E.M.** -----

17- ----- Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda., - Relatório de Gestão Relativo ao 1.º Semestre de 2021; -----

-----A Câmara Municipal de Lousada submete para apreciação da Assembleia Municipal o relatório de gestão relativo ao 1.º semestre de 2021, apresentado pelo fiscal único da “Lousada Século XXI”, acompanhado pelos documentos elaborados pela respetiva administração, em cumprimento do disposto no art.º. 42.º da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi data pela Lei n.º. 69/2015, de 16/07. -----

-----**Sem Intervenções.** -----

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de

31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 33 votos, aprovar o relatório de gestão relativo ao 1.º semestre de 2021, apresentado pelo fiscal único da “Lousada Século XXI”, acompanhado pelos documentos elaborados pela respetiva administração. -----

18- ----- Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. - Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2021; -

----- A Câmara Municipal de Lousada submete para apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3º Trimestre 2021 da Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas – E.M- Sociedade Unipessoal Lda. apresentado pelo seu Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo, em cumprimento do disposto no art.º 42.º da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 69/2015, de 16/07.-----

----- Sem Intervenções. -----

----- Deliberação: No uso da competência prevista no art.º 42.º da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 69/2015, de 16/07, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou por unanimidade de 33 votos, aprovar o Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3º Trimestre 2021 da Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas – E.M- Sociedade Unipessoal Lda., apresentado pelo seu Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo.”.-----

19- ----- Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: -----

----- Conselho Municipal de Educação;-----

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57º do DL 21/2019, de 30 de janeiro, e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53 do Regimento, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 22 votos a favor e 11 abstenções, eleger por escrutínio secreto, o Presidente de Junta da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, Eduardo Augusto Vilar Barbosa, indicado pelo Grupo Municipal do PS para representante das freguesias do concelho de Lousada no Conselho Municipal de Educação de Lousada. -----

-----**Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**-----

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 14/2004, de 08 de maio, e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53 do Regimento, a **Assembleia Municipal deliberou por maioria de 29 votos a favor e 4 abstenções**, eleger por escrutínio secreto o Presidente de Junta da União de freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Armando da Costa e Silva, indicado pelo Grupo Municipal Acreditar Lousada-PPD/PSD/CDS-PP, para representante das freguesias do concelho de Lousada na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

-----**Conselho Cinegético Municipal;** -----

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2, do artigo 154 do decreto-lei n.º 227-B/2000, de 18 de agosto, e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53 do Regimento Assembleia Municipal, a **Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor e 1 abstenção**, eleger por escrutínio secreto o Presidente de Junta da União de freguesias de Figueiras e Covas, João Fernando Pinto Magalhães, indicado pelo Grupo Municipal Acreditar Lousada-PPD/PSD/CDS-PP, para representante do Conselho Cinegético Municipal. -----

-----**Associação Nacional de Municípios Portugueses;** -----

Ao abrigo do disposto do n.º 2, do artigo 6 dos Estatutos da ANMP, e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53 do Regimento Assembleia Municipal, a **Assembleia Municipal deliberou por maioria de 22 votos a favor e 11 abstenções**, eleger por escrutínio secreto o Presidente de Junta da União de Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo António Taveira, como efetivo e o Presidente de Junta de freguesia de Lodares Armando Jorge Mota Moreira, como suplente, indicados pelo Grupo Municipal do PS, indicados pelo Grupo Municipal do PS, para representantes na Associação Nacional de Municípios. -----

-----**Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III – Vale do Sousa Norte;**-----

Ao abrigo do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 28/2008, de 22

de fevereiro (na sua versão atualizada), e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53º do Regimento, a **Assembleia Municipal deliberou por maioria de 22 votos a favor e 11 abstenções**, eleger por escrutínio secreto o Nuno Daniel Sousa Ferreira, Presidente da Junta de freguesia de Meinedo, indicado pelo Grupo Municipal do PS, para representante no Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III – Vale do Sousa Norte. -----

-----**Comissão Municipal de Proteção Civil;**-----

Ao abrigo do disposto na alínea i) artigo 41º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53 do Regimento, a Assembleia Municipal, **deliberou por maioria de 21 votos a favor e 12 abstenções**, eleger por escrutínio secreto, o Presidente de Junta da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, Eduardo Augusto Vilar Barbosa, indicado pelo Grupo Municipal do PS, para representante das freguesias do concelho de Lousada no Conselho Municipal de Proteção Civil. -----

-----**Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa;**-----

Ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e no 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 53º do Regimento, a **Assembleia Municipal deliberou por maioria de 31 votos a favor e 2 abstenções**, eleger por escrutínio secreto o Presidente de Junta de Freguesia de Nevogilde Joaquim Ribeiro de Magalhães, indicado pelo Grupo Municipal do PS; Presidente de Junta de freguesia de Sousela Diogo Agostinho Carvalho Aires e o Presidente de Junta da União de freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) Armando da Costa e Silva, ambos indicados pelo Grupo Municipal Acreditar Lousada-PPD/PSD/CDS-PP, para representantes na Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Não houve intervenção do público. -----

-----Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

1. Sandra Maria Leonor Pereira da Silva; -----
2. António Fernando Morais da Silva, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e, -----
3. Diogo Agostinho Carvalho Aires, Presidente de Junta de Freguesia de Sousela.-

-----Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que, após ter sido lida, foi aprovada, por unanimidade de 33 votos e que fica apensa a esta ata. -----

-----A sessão foi dada por encerrada às 01h03min-----

Lousada, 20 de dezembro de 2021

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro

Maria de Lurdes Oliveira e Castro

O 1º Secretário

José Bernardino Pinto Nogueira

José Bernardino Pinto Nogueira

O 2º Secretário

Rúben João Pinto Bessa

Rúben João Pinto Bessa

ATA APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25/02/2022, POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES PARTICIPANTES NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/12/2021.